

Museologia

Relatórios Técnicos

1. Plano para a Certificação de Museus na Grã-Bretanha: Padrões
2. Da Austrália a Zanzibar: Planos de Certificação de Museus em Diversos Países

SUMÁRIO

PARTE 2 – DA AUSTRÁLIA A ZANZIBAR: PLANOS DE CERTIFICAÇÃO DE MUSEUS EM DIVERSOS PAÍSES.	111
ABREVIACÕES E SIGLAS	113
INTRODUÇÃO	115
VISÃO GERAL	117
1. ANÁLISES DE PLANOS NO EXTERIOR.	121
1.1. Objetivos	121
1.2. Abrangência	122
1.3. Processo de Inscrição e Administração	123
1.4. Monitoramento e Garantia de Qualidade	126
1.5. Conhecimento do Plano pelo Público	127
1.6. Resultados.	128
1.7. Benefícios	128
1.8. Pontos Fracos e Problemas	130
2. LIÇÕES A SE APRENDER.	133
2.1. Direção e Gerenciamento.	133
2.2. Recursos Humanos	136
2.3. Acervo	139
2.4. Museus e seus Visitantes.	141
2.5. Exposições, Interpretação e Educação.	142
2.6. Museus e suas Comunidades	144
2.7. Gerenciamento de Patrimônio e Instalações	146
2.8. Definindo Políticas	147

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	149
ANEXOS	155
1. Lista de Contatos	155
2. Questionário	161
3. Banco de Dados dos Planos de Padronização de Museus	164
4. Resumos de Planos Relevantes	168
BIBLIOGRAFIA	205

PARTE 2

DA AUSTRÁLIA A ZANZIBAR: PLANOS DE CERTIFICAÇÃO DE MUSEUS EM DIVERSOS PAÍSES

Timothy Mason & Jane Weeks

ABREVIações E SIGLAS

AAM	American Association of Museums
AMS/VMS	Association of Museums of Switzerland
CMA	Canadian Museums Association
HTSA	History Trust of South Australia
ICOM	International Council of Museums
INTERCOM	ICOM International Committee on Management
MGC	Museums & Galleries Commission
NSM	Nova Scotia Museums

INTRODUÇÃO

APRESENTAÇÃO

A Resource: Conselho para Museus, Arquivos e Bibliotecas¹, está atualmente fazendo uma revisão do Plano de Certificação² para Museus no Reino Unido, que foi iniciado em 1998 pela Museums & Galleries Commission (MGC).

Como parte dessa revisão, a Resource encomendou um exercício de mapeamento dos padrões, diretrizes e planos de garantia de qualidade relacionados ao setor de museus no exterior. O objetivo do projeto de pesquisa é identificar as melhores práticas no exterior, avaliar a pertinência dos conteúdos dos planos para o Plano de Certificação do Reino Unido e, assim, auxiliar o seu desenvolvimento por todo o Reino Unido. Os consultores Timothy Mason e Jane Weeks foram contratados para realizar a pesquisa.

METODOLOGIA

No decorrer deste estudo, contatamos museus, organizações de museus, escritórios nacionais da ICOM e órgãos governamentais em 52 países por todo o mundo³, usando nossa própria rede internacional de contatos e os contatos da Resource. Uma lista completa das organizações consultadas é fornecida no Anexo I.

A partir das respostas de nossos correspondentes, foi identificado um total de vinte e cinco planos de padronização

1. A Resource foi fundada em abril de 2000 como o órgão estratégico do Reino Unido no trabalho com e para museus, arquivos e bibliotecas, estimulando o potencial de colaboração entre essas organizações. Essa nova organização substituiu a Museums & Galleries Commission e a Library and Information Commission, passando a incluir também os arquivos entre seus beneficiários.
2. <http://www.resource.gov.uk/action/registration>.
3. Outros 95 museus na África foram contatados em nosso nome pelo Programme for Museum Development in Africa [Programa para o Desenvolvimento de Museus na África].

de museus de algum tipo. Nem todos os planos se aplicavam à situação do Reino Unido, mas, quando adequado, enviamos um questionário pedindo mais informações de cada organização administradora de um plano (Anexo II). As informações resultantes foram então analisadas e organizadas em tabelas e depois comparadas com o Plano de Certificação do Reino Unido, para identificar áreas que apresentam boas práticas (Anexos III e IV).

AGRADECIMENTOS Agradecemos enormemente a colaboração de todos os correspondentes que forneceram informações sobre os planos de padronização de museus. Devemos agradecer especialmente a Val Bott; Francesca Gambeta; Nancy Hushion, Intercom; John McAvity, Canadian Museums Association [Associação de Museus Canadenses]; Jennie Harré Hindmarsh, Te Papa Tongarewa; Lois Irvine, Commonwealth Association of Museums [Associação de Museus dos Países de Língua Inglesa]; Carol Scott, Museums Australia [Museus da Austrália]; e Georgie Stagg, Museums Association [Associação de Museus]. Barbara Schulten ajudou traduzindo vários textos do alemão para o inglês. Por fim, gostaríamos de deixar registrados nossos agradecimentos a Gina Lane, Isobel Thompson, Emmeline Leary e Henrietta Hopkins da Resource, por encomendarem o projeto de pesquisa e pela consultoria, incentivo e apoio durante sua realização.

VISÃO GERAL

No decorrer de nossa pesquisa, encontramos, por todo o mundo, um interesse crescente em planos e programas que possam ajudar a elevar a qualidade de museus. Esses planos não são uma novidade. O Programa de Assistência aos Museus da Nova Escócia começou já em 1966. Nos Estados Unidos, a American Association of Museums [Associação Norte-Americana de Museus] (AAM), talvez a pioneira em planos de avaliação e certificação, estabeleceu programas nos anos de 1970 que objetivavam difundir as boas práticas e reconhecer os centros de excelência por todos os EUA.

O Plano de Certificação da MGC, que começou em 1988 e foi revisado em 1995, foi o primeiro desse tipo na Europa. Menos confiante em auto-avaliação que o seu correspondente norte-americano, o Plano de Certificação do Reino Unido estabeleceu um novo modelo, no qual subseqüentemente outros planos se espelharam, principalmente na Europa e sobretudo nos Países Baixos. De fato, podemos dizer atualmente que aqueles dois modelos se desenvolveram e serviram de base e parâmetro para outros programas, muitas vezes adaptados para o uso local. Trata-se do modelo da AAM e, considerando que a imitação é a forma mais sincera de lisonja, o evidentemente mais admirado Plano de Certificação da MGC/Resource.

Nos últimos dez anos, o movimento no sentido de estabelecer planos de padronização se acelerou na Europa, Nova Zelândia, Austrália, Ásia e América do Norte, e a introdução desses planos está sendo considerada na Austrália (New South Wales), Alemanha, Grécia, Valônia Belga, Bulgária, Croácia, Romênia e Finlândia. Incidentalmente, pudemos encontrar apenas dois planos na África e nenhum na América do Sul.

Inevitavelmente, os planos refletem os contextos locais. O foco regional ou nacional varia de país a país. Desde o início, o plano do Reino Unido é nacional, cobrindo os quatro países que o constituem. Enquanto o plano da AAM cobre todos os EUA, não há ainda planos nacionais no Canadá e na Austrália. Atualmente, os planos vêm sendo administrados por instituições estaduais ou provinciais, mas ambos os países estão trabalhando no sentido de desenvolver planos nacionais. Carol Scott, presidente nacional da Museums Australia [Museus da Austrália], escreveu que “estamos atualmente em processo de desenvolvimento de um grande projeto de pesquisa que irá investigar um plano nacional de certificação”.

Ficou claro para nós que na Itália, por exemplo, um plano nacional administrado de Roma seria politicamente difícil de implementar. Como resultado, foram preparadas e promulgadas diretrizes nacionais, enquanto que o desenvolvimento detalhado dos planos de padronização para museus ficará a cargo de cada região. Nas diretrizes para o novo plano da Áustria Museumsgütesiegel (Selo de Qualidade de Museus), foi dada forte ênfase à maneira como o plano foi desenvolvido para as “especificidades austríacas dentro do setor de museus”. O tamanho não é necessariamente uma questão – os planos da AAM abarcam os EUA inteiros –, mas ao mesmo tempo ficou claro que os países ou estados geograficamente pequenos ou que tenham relativamente poucos museus parecem encontrar vantagens num relacionamento mais próximo entre o órgão oficial que administra o plano e os museus inscritos. Ficou claro a partir da experiência irlandesa, em que uma característica do plano piloto de certificação eram as visitas aos locais, que isso pode ser “motivador e construtivo” e apresentar vantagens em relação a planos “excessivamente baseados em documentação”.

O programa de auto-avaliação na Noruega depende de uma colaboração próxima entre o museu participante e o órgão norueguês de museus.

Ficou evidente a partir de nossas pesquisas que as expressões “registro”, “padrões”, “planos”, “certificação” e “avaliação” são interpretadas diferentemente mundo afora, e por vezes foi necessário ver os planos através de um certo filtro cultural. Alguns dos planos que examinamos têm pouco a ver diretamente com o contexto do Reino Unido. Na França, por exemplo, o processo é viabilizado por decretos da Assembléia Nacional; em Zanzibar, os padrões de museus têm de ser escritos a partir de um conjunto de leis parlamentares e projetos de lei não-aprovados. Alguns planos, como o plano de auto-avaliação da Noruega, não estabelecem nenhum padrão mínimo, mas confiam num processo de autodesenvolvimento. Na Suíça, a admissão na Associação dos Museus da Suíça (AMS/VMS) depende do cumprimento de uma série de critérios/padrões.

Não obstante, a dimensão das operações varia consideravelmente. O Plano de Certificação do Reino Unido teve uma notável taxa de êxito – dos 2 mil museus no Reino Unido, atualmente 1 865 estão inscritos no Plano de Certificação. Nos Estados Unidos, 3 500 museus participaram do Programa de Avaliação de Museus e há atualmente cerca de 750 museus certificados, de um total de aproximadamente 16 mil museus. Em Ontário (Canadá), duzentos dos quatrocentos museus na província de Ontário fazem parte do plano, mas essa alta taxa de adesão talvez se deva ao incentivo financeiro adicional oferecido àqueles que são bem sucedidos no cumprimento dos padrões do programa. Em Vitória (Austrália), cerca de um quinto dos museus participaram do plano. Na Dinamarca, apenas 150 museus nacionais ou apoiados pelo

Estado funcionam sob a Lei de Museus de 1984. Na Polônia, setenta museus estão atualmente incluídos no Registro Nacional de Museus. Nos Países Baixos, onde o Plano de Certificação funciona desde 1997, 367 (de um total potencial de 1200 museus) passaram agora pelo processo de certificação completa, sendo que 176 deles se integraram ao Registro de Museus.

Alguns planos não funcionaram tão bem quanto se esperava. Outros começam a mostrar os sinais da idade. Alguns, como os da Irlanda, Países Baixos e Nova Zelândia, estão em fase-piloto; outros, como os da Áustria e da Valônia Belga, estão em fases ainda mais iniciais de seus ciclos de vida. Outros ainda estão nas primeiras etapas de desenvolvimento. O processo de revisão periódica, que tem sido uma característica do plano britânico, interessou a muitos daqueles que administram algum tipo de programa. Muitas das organizações que contatamos por todo o mundo, especialmente aquelas que estão na fase de desenvolvimento, expressaram interesse em conhecer os resultados das revisões da Resource de seu Plano de Certificação, e nós recomendamos que a Resource considere a possibilidade de estabelecer uma rede formal de intercâmbio de informações entre organizações administrativas, e convocar um simpósio internacional sobre programas de padronização para trocar experiências e pesquisar novas idéias.

A primeira parte deste relatório analisa os elementos-chave dos planos sobre os quais pudemos conseguir mais detalhes (a lentidão da comunicação internacional por vezes nos desanimou).

A parte dois toma em consideração as muitas lições a serem aprendidas da experiência de outros e destaca as áreas que devem ser incorporadas ao Plano de Certificação revisado.

1. ANÁLISES DE PLANOS NO EXTERIOR

1.1 OBJETIVOS

Embora as especificações dos planos de padronização variem enormemente mundo afora, todos têm em seu âmago o desejo de melhorar, manter e dar sustentação à qualidade dos museus. Nem todos abordam a questão da mesma perspectiva. Os planos do Sul da Austrália, Ontário no Canadá, Nova Zelândia, Itália, Países Baixos, Reino Unido e o Programa de Avaliação de Museus nos EUA, todos adotam o estabelecimento de padrões mínimos como seu objetivo. Os planos de Vitória (Austrália), Alberta (Canadá), Irlanda, Noruega e o Programa de Certificação de Museus dos EUA, por sua vez, baseiam-se no desejo de melhorar, citando a promoção de excelência e inovação como seu objetivo. O Plano de Certificação de Museus da Letônia inclui o objetivo ambicioso de melhorar “a confiança da sociedade nos museus enquanto instituições que zelam pela história cultural, social e natural e popularizam tesouros nacionais”. Tanto o Plano de Padronização da Nova Zelândia quanto o Programa de Avaliação de Museus dos EUA têm por objetivo focar planejamento e treinamento, também parte inerente do Plano de Padronização e Certificação do Irish Heritage Council [Conselho do Patrimônio Irlandês].

O programa norueguês de auto-avaliação é totalmente baseado no desejo de melhorar, tanto que, enquanto busca como outros aumentar os padrões dos museus, também objetiva “ajudar museus a ter uma visão geral de seus pontos fortes e fracos e usar isso como uma base para melhorias”. Na Dinamarca, a Lei de Museus de 1989 objetiva tanto salvaguardar o patrimônio cultural dinamarquês quanto promover cooperação entre museus. As diretrizes no Chipre são precisas em seus objetivos – controlar o estabelecimento de museus de arqueologia, rurais e de arte popular.

1.2 ABRANGÊNCIA

Para muitos planos a elegibilidade é restrita exclusivamente a museus, sendo que vários baseiam seus requisitos de elegibilidade na definição de museu da ICOM:

“Uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento e aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e expõe, para fins de estudo, educação e fruição, evidências materiais do homem e de seu meio-ambiente.”

Assim como a Resource, o Irish Heritage Council [Conselho do Patrimônio Irlandês] utilizou a definição de 1998 da Museums Association [Associação de Museus] do Reino Unido:

“Museus possibilitam às pessoas explorar coleções para sua inspiração, aprendizado e fruição. São instituições que colecionam, salvaguardam e tornam acessíveis artefatos e espécimes, que preservam em nome da sociedade.”

Outros planos têm uma visão mais ampla. A definição de museu da Museums Australia [Museus da Austrália] reconhece locais e monumentos naturais, arqueológicos e etnográficos, herbários, aquários e viveiros, centros científicos e centros culturais. O Plano de Padronização de Museus da Nova Zelândia é “aberto a organizações que ofereçam serviços de museus a suas comunidades”, incluindo, assim, as coleções *marae* dos maoris (*iwi*/tribal), museus/centros culturais *iwi*, locais históricos, acervos do patrimônio e centros de exposições. O Programa de Certificação de Museus da AAM abarca “museus de todos os tipos”, incluindo aquários, centros naturais, planetários, centros de ciência e tecnologia e zoológicos.

O plano dos Países Baixos, embora fortemente inspirado

no Plano de Certificação do Reino Unido, inclui jardins zoológicos e botânicos com acervos. “Um castelo ou fazenda com mobiliário original pode [...] ser certificado como museu.” O Registro Nacional de Museus da Polônia usa a definição bastante precisa estabelecida na Lei de Museus de 1996: “Um museu deve ser uma unidade organizacional sem fins lucrativos, que deve ter como objetivo proteger permanentemente os bens culturais, fornecer informações sobre o valor e o conteúdo de coleções, difundir a essência da história, ciência e cultura do mundo e da Polônia, influenciar o senso cognitivo e estético e facilitar o acesso aos acervos”.

O Plano de Certificação Irlandês reconhece “a necessidade de incluir, com o propósito de certificar unicamente para fins de exposição, galerias e centros de patrimônio que não coletam material original, mas que podem receber material original emprestado”. “É importante notar”, a política conclui severamente, “que o termo ‘museu’ não será utilizado por essas instituições”.

Não encontramos nenhum plano que incluísse bibliotecas ou arquivos.

1.3 **PROCESSO DE INSCRIÇÃO E ADMINISTRAÇÃO**

A maioria dos planos é administrada por organizações de museus nacionais ou regionais financiadas com verbas públicas, sendo as principais exceções a AAM, que é uma organização privada sem fins lucrativos, e a AMS/VMS da Suíça, que é uma associação. O Plano de Padronização de Museus da Nova Zelândia é administrado por uma divisão do Serviço Nacional do Museu Nacional da Nova Zelândia, Te Papa Tongarewa, que trabalha com museus e organizações tribais em todo o país em prol dos museus, embora parte do plano seja conduzida por grupos sociais regionais. Nos Países Baixos, uma Museum

Register Foundation [Fundação de Certificação de Museus] independente foi criada para dirigir a Certificação de Museus em nome da Museums Association [Associação de Museus] e da Museum Advisors Association [Associação de Consultores de Museus]. O relatório do programa-piloto da Irlanda recomendou a criação de “uma agência de museus independente, regida por estatuto, cujas responsabilidades incluam administrar um plano de certificação”.

Vários planos são dirigidos diretamente por secretarias governamentais: o Plano de Padrões para Museus Comunitários de Ontário, responsável por parte das verbas destinadas ao funcionamento dos museus comunitários, é administrado pela Secretaria da Cultura da província de Ontário, enquanto que o Órgão Estatal Letão para Museus (1998) opera o plano na Letônia. Na Comunidade Flamenga da Bélgica, o Plano de Reconhecimento é rigorosamente administrado pelo Departamento Cultural do governo dentro da estrutura legislativa estabelecida pela Lei de Museus de 1996. O plano exige uma análise dos pontos fortes e fracos do museu requerente, a visita de um especialista ao museu, uma recomendação da província pertinente e discussão e avaliação de um comitê consultor externo. As decisões finais sobre o reconhecimento são tomadas pelo ministro. De maneira muito incomum, em Flandres grupos de museus que tenham acordado uma colaboração de no mínimo cinco anos podem inscrever-se para um reconhecimento conjunto. “O objetivo é estimular a possibilidade de um esforço conjunto de vários museus pequenos [...] no sentido de desenvolver serviços conjuntos. Há dois exemplos de cooperações desse tipo em região urbana que já foram reconhecidas.”⁴

4. Marina Laureys, *Quality Elements in the Act Passed by the Government of Flanders concerning Recognition and Support of Museums* [Aspectos

A maioria dos planos tem um processo de inscrição desenvolvido em duas etapas, em que uma auto-inspeção ou auto-avaliação é seguida por uma inspeção externa, realizada por um grupo de pares nacional ou regional, ou uma avaliação realizada por representantes do órgão que administra o plano. O Plano de Padrões para Museus Comunitários de Ontário é o único que tem um formulário de avaliação anual, exigido na inscrição para pleitear as verbas destinadas ao funcionamento dos museus comunitários.

O programa do Irish Heritage Council [Conselho do Patrimônio Irlandês], que está sendo atualmente testado na Irlanda, tem um processo de inscrição em cinco etapas – pré-certificação, preparação para certificação, avaliação, certificação e pós-certificação (que inclui “o oferecimento de vários treinamentos especializados para funcionários de museus certificados”).

1.3.1 OPCIONAL E OBRIGATÓRIO

Teoricamente pelo menos, a maioria (senão a totalidade) dos planos que foram examinados é opcional, porém na prática em vários países espera-se declaradamente que os museus se submetam ao processo. Isso fica particularmente claro em locais, como em Ontário e Nova Escócia (Canadá), Polônia, Bélgica Flamenga e Dinamarca, onde o plano de padronização funciona sob legislação que impede os museus que não atingem os padrões estabelecidos de conseguir financiamento. Na Letônia, fomos informados de que “a lei de museus diz

de Qualidade na Lei Aprovada pelo Governo de Flandres sobre Reconhecimento e Apoio a Museus].

que a certificação é obrigatória para todos os museus que recebem financiamento governamental”.

Segundo a documentação que recebemos, a maior parte dos museus quer alcançar os padrões estabelecidos pelos planos formalizados ou, como no programa de auto-avaliação da Noruega, elevar seus próprios padrões.

1.3.2 TAXAS E ENCARGOS

No Programa de Certificação da AAM, os museus pagam uma taxa no ato da inscrição e uma taxa de participação anual para permanecer no programa. Ambas as taxas são padrão para todos os museus, independente do tamanho ou área de interesse. O museu inscrito também é responsável pelos custos de viagem e acomodação do comitê avaliador. Os museus que se inscrevem no Plano de Certificação da Museums Australia [Museus da Austrália] (Vitória) pagam uma taxa única de \$140,00, sendo que os membros da Museums Australia recebem um desconto. Além disso, os museus certificados pagam uma taxa de licença anual para fazer parte do Programa de Certificação Nacional para o Turismo, ao qual o plano é filiado. Não encontramos nenhuma outra evidência de planos em que os museus paguem para ser avaliados.

- 1.4 **MONITORAMENTO** O monitoramento da maioria dos planos é feito pela
- E GARANTIA DE** organização que administra o plano, seja por meio de
- QUALIDADE** formulários, seja por visitas aos locais. Alguns planos exigem dos inscritos aprovados que enviem um relatório anual ou que empreendam revisões obrigatórias cada três, cinco ou mesmo dez anos. Na Comunidade Flamenga Belga, o reconhecimento tem, em princípio, “validade ilimitada”, mas os museus são de

fato monitorados anualmente e a cada cinco anos os “museus reconhecidos” devem re apresentar documentação completa de suas políticas.

Nos Países Baixos, onde os museus devem se reinscrever após um período de cinco anos ou mais, os museus que deixarem de cumprir um ou mais dos requisitos de certificação poderão ser removidos do Registro de Museus a partir de recomendação do comitê consultivo provincial. No Plano de Certificação Irlandês, os museus podem perder sua certificação em várias circunstâncias, incluindo falhas nos procedimentos de inscrição, dívidas significativas ou falência, ausência de gerenciamento ou declínio nos padrões de atendimento. Dentro do Programa de Certificação da AAM, há políticas e procedimentos que concedem à Comissão de Certificação a permissão de iniciar um inquérito formal a partir de alegação fundamentada e completamente transparente de terceiros.

1.5 **CONHECIMENTO
DO PLANO PELO
PÚBLICO**

O conhecimento quanto ao plano é amplamente difundido dentro da comunidade museológica na maioria dos países (embora houvesse um *cri du coeur*⁵ na Polônia dizendo que “os museus não dão atenção ao plano”), mas parece ser muito pequeno o conhecimento sobre os planos de padronização de museus fora do próprio setor. Para muitos, isso não é um assunto com o qual se preocupar. Na Comunidade Flamenga da Bélgica, por exemplo, o objetivo principal é melhorar a qualidade, não o conhecimento do plano pelo público. Com o intuito de dar maior publicidade ao plano, museus certificados tanto no Reino Unido como nos Países Baixos são incentivados a expor o logo da certificação, embora se tenha observado que a certificação diz pouco a respeito da qualidade

5. Em francês no original (N. dos T.).

da experiência do visitante no museu. Para muitos dos novos planos europeus, ainda é muito cedo para registrar qualquer reconhecimento público do plano.

A única exceção é o Programa de Certificação de Museus de Vitória (Austrália), que inclui também uma certificação nacional para o turismo. As instituições que recebem certificação são auxiliadas a divulgar isso pela mídia.

1.6 RESULTADOS

Embora haja grande diferença no tempo de existência dos planos – de trinta a menos de um ano –, o principal resultado citado por todos os órgãos administrativos foi o aumento do nível geral de profissionalismo no setor de museus em seus países, Estados ou províncias. Como observou Rebecca Montgomery, do Programa de Certificação da AAM, “o programa ajudou significativamente a elevar o nível de exigência dentro da área e incentivou um nível mais alto de profissionalismo”. O Programa de Excelência em Museus de Alberta, Canadá, sentiu que outro grande resultado foi a avaliação do desempenho do museu “não apenas em termos de padrões profissionais, mas também em termos do papel social desempenhado pelos museus na comunidade”. Te Papa orgulha-se particularmente do fato de que a versão preliminar do Plano de Padronização de Museus na Nova Zelândia documentou pela primeira vez os elementos envolvidos em oferecer bons serviços de museu no país.

1.7 BENEFÍCIOS

Além do simples (mas importante) benefício de se elevar os padrões, os benefícios mencionados com mais frequência são o reconhecimento e o aumento de credibilidade ou *status* conferido ao museu e a confiança que tal reconhecimento externo constrói dentro da organização. Outros benefícios são acesso a verbas, um melhor entendimento da missão,

um meio de avaliar as melhorias do museu, um compromisso com a preservação ou proteção da cultura, o desenvolvimento de programas de treinamento e assistência no planejamento cultural. A longa lista de benefícios da Letônia inclui uma abordagem um tanto psicanalítica – “uma oportunidade de análise extensiva, envolvendo todos os funcionários de cada museu”.

Nos planos novatos da Noruega e da Irlanda ficou claro que, apesar de demandar muito tempo de trabalho dos funcionários dos museus, os planos apresentaram evidentes benefícios para eles. O relatório do estudo-piloto da Irlanda registra que, “fazendo parte de uma rede de pessoas que trabalham em museus e participando de oficinas, os funcionários começaram a examinar criticamente sua maneira de trabalhar e a implementar mudanças para melhorar os procedimentos existentes. Essa é a prova mais concreta do impacto favorável do plano nacional proposto”. Os benefícios também incluíram os indivíduos que realizaram as avaliações por pares, que lhes deram a oportunidade de desenvolver suas habilidades de liderança e contribuíram para o seu desenvolvimento profissional.

Apenas alguns planos oferecem benefícios concretos em termos de financiamento, como é o caso do Plano de Certificação do Reino Unido. Na Polônia, os museus incluídos no Registro Nacional de Museus têm direito a prioridade na aquisição de artefatos culturais à venda em negócios privados ou em leilão. Os museus de Ontário e Nova Escócia que cumprem os padrões exigidos recebem uma contribuição substancial para suprir seus custos operacionais, enquanto que o History Trust of South Australia [Conselho de História do Sul da Austrália] dá

acesso a verbas para projetos a museus e organizações colecionadoras registrados e certificados. Na Comunidade Flamengo, o reconhecimento dos museus está agora claramente vinculado aos financiamentos, seguindo a implementação das novas regras instituídas em 1999 sob a Lei de Museus. Museus reconhecidos em nível nacional recebem verbas operacionais da Comunidade Flamengo para os seus principais funcionários e o seu funcionamento geral. Trata-se de uma quantia fixa, que depende dos fundos públicos e do número de museus reconhecidos. No momento, cobre apenas 5% do total de custos operacionais destes. Museus reconhecidos regionalmente recebem verbas operacionais de suas províncias. Além disso, todos os museus reconhecidos, em todos os níveis – nacional, regional e básico –, podem concorrer a verbas para projetos.

1.8 PONTOS

FRACOS E

PROBLEMAS

O principal ponto fraco admitido pelos vários administradores de planos de padronização de museus é a falta de recursos, tanto da parte do organizador do plano quanto dos participantes. Essa falta pode ser de tempo, recursos financeiros ou funcionários; o Programa de Certificação para Museus da Museums Australia [Museus da Austrália] (Vitória) “depende de dois administradores para visitar 85 instituições numa área de 227 600 km². É aproximadamente a área da Inglaterra, Escócia e País de Gales”. O Programa de Certificação para Museus da Museums Australia (Vitória) também constatou que os museus pequenos freqüentemente não têm as habilidades ou recursos para obter a certificação. O projeto-piloto para o Programa de Excelência em Museus da Museums Alberta [Museus de Alberta] encontrou um problema similar: “estávamos esperando que os museus ficassem prontos para uma avaliação por pares em seis meses. Em todos os casos,

isso provou estar fora da realidade... Muitos museus, após examinarem os padrões, ficaram intimidados e nem sequer se inscreveram”.

O Programa de Certificação de Museus da AAM constatou que diferentes museus têm diferentes necessidades, e alguns museus indicaram que gostariam que houvesse um programa de certificação confeccionado para as suas necessidades específicas. A avaliação externa do Plano de Padronização de Museus na Nova Zelândia achou que o plano precisava de simplificação e que não era suficientemente bi-cultural⁶.

O plano-piloto da Irlanda, que funcionou com seis instituições durante 1999/2000, encontrou várias dificuldades, incluindo o tempo tomado no processo de inscrição, o excessivo esforço exigido dos funcionários nas instituições pequenas e a ausência de políticas escritas dentro dos museus participantes.

Na Letônia, onde o Plano de Certificação tem apenas quatro anos de idade, há os inevitáveis problemas de dentição. A documentação “muito detalhada e volumosa” não foi bem aceita por alguns museus; a falta de metodologia impediu uma análise qualitativa. Mudanças na equipe das comissões de certificação levaram a inconsistências e às vezes a subjetividade nas avaliações, um problema também encontrado no plano de reconhecimento da Comunidade Flamenga.

6. Rivers O'Reagan Lynch, *The Trial of the New Zealand Museums Standard Scheme* [A Tentativa de Implementação do Plano de Padronização de Museus da Nova Zelândia], 2000.

O rigoroso programa de auto-avaliação da Noruega criou uma dificuldade específica – os museus podem “se concentrar demais no lado negativo, nos aspectos que precisam ser melhorados, sendo dada muito pouca ênfase aos pontos fortes de suas instituições. Isso pode facilmente levar a uma certa atmosfera depressiva no museu como um todo”.

2. LIÇÕES A SE APRENDER

A seção anterior delineou os tipos de planos de padronização de museus que existem em outros países. Enquanto os conteúdos dos planos são notavelmente similares, a ênfase muda de um país para outro. Esta seção do relatório enfoca as áreas dos planos de padronização de museus no exterior que no momento não fazem parte do Plano de Certificação para Museus do Reino Unido e que, na nossa opinião, devem ser incluídas no debate sobre o futuro desenvolvimento do Plano.

O plano do Reino Unido cobre as seguintes áreas de atividade:

- Direção e Gerenciamento.
- Acesso a consultoria profissional.
- Política de acervo, incluindo aquisições e baixas.
- Documentação.
- Conservação de acervos.
- A imagem pública do museu.
- Gerenciamento financeiro.
- Ocupação de edifícios.

2.1 DIREÇÃO E

GERENCIAMENTO

2.1.1 OLHANDO PARA O FUTURO

Muitos planos de padronização de museus no exterior exigem a apresentação de um plano anual. O plano conduzido pelo History Trust of South Australia [Conselho de História do Sul da Austrália] (HTSA) exige que sejam “desenvolvidos metas e programas para os próximos três anos”. Na Dinamarca, onde se exige por lei que os museus que recebem apoio estatal cooperem com outros museus em âmbito regional e nacional, cada museu precisa, de quatro em quatro anos, elaborar um plano de trabalho “declarando as tarefas que devem ser feitas”, para aprovação do County Museum Council [Conselho de

Museus do Condado] pertinente e do Danish Museums Council [Conselho de Museus Dinamarqueses] e, quando adequado, o órgão municipal.

Nos Países Baixos, o planejamento da política do museu precisa ser atualizado pelo seu conselho pelo menos uma vez a cada cinco anos. O plano da Letônia também exige um programa de desenvolvimento de cinco anos, cobrindo o período da certificação, depois do qual o museu tem de reinscrever-se. Como parte do processo de auto-análise que distingue a primeira fase do plano letão, exige-se dos museus não apenas que enviem relatórios sobre a situação atual, mas também que respondam à seguinte questão ao final de cada seção: “O que você gostaria de mudar na situação existente que não o satisfaz neste momento?”

2.1.2 UMA VISÃO INCLUSIVA DO GERENCIAMENTO

Muitos planos oferecem uma visão ampla do papel de gerenciamento, abarcando tanto o órgão gerencial do museu com seus voluntários quanto os funcionários. Vários pedem aos museus que se inscrevem que examinem suas estruturas, papéis e responsabilidades de maneira a construir um bom relacionamento de trabalho entre os funcionários e o conselho. O Programa de Assistência a Museus da Nova Scotia Museum (NSM) solicita do conselho que “reconheça o seu papel-chave de liderança na construção de uma organização forte e vibrante [...] e entenda a diferença entre sua responsabilidade e a responsabilidade dos funcionários nas atividades do museu”. Semelhantemente, o diretor ou diretora tem que reconhecer “suas obrigações em relação ao conselho e à comunidade”. O Programa de Certificação e Auxílio para Museus do Sul da Austrália exige que a constituição

da gerência ou do comitê executivo resulte de um processo eletivo democrático.

2.1.3 ÉTICA

Os planos do Canadá exigem que o museu e seus funcionários “demonstrem um compromisso com um comportamento ético como instituição e como indivíduos”. Nesse caso, o comportamento ético foi definido pelas *Ethics Guidelines* [Diretrizes Éticas] da Canadian Museums Association [Associação Canadense de Museus] e pelo *Code of Professional Ethics* [Código de Ética Profissional] da ICOM. Nos Países Baixos, onde o código da ICOM é uma pedra fundamental para o Plano de Certificação, espera-se de todos os museus certificados que apliquem suas regras de conduta.

2.1.4 MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS

O marketing é incluído em vários planos de padronização de museus não-europeus, embora a profundidade com que é abordado varie desde o Programa de Certificação e Auxílio para Museus do Sul da Austrália, que exige que se divulguem regularmente “os Museus e seu horário de funcionamento em publicações turísticas locais, históricas e outras”, até as seções inteiras dedicadas ao marketing e às relações públicas, como no Programa de Certificação de Museus de Vitória e no Programa de Assistência a Museus da NSM, que analisa o plano de marketing, sua implementação e sua avaliação de resultados. O Programa de Certificação de Museus da AAM exige que os museus “efetivamente identifiquem e conheçam as características de seus públicos existente e potencial” por meio de pesquisas de mercado. Os planos europeus tendem a enfatizar mais os serviços oferecidos ao visitante pelo museu.

Na Comunidade Flamengo, museus reconhecidos devem incluir uma seção de Responsabilidade Social em seus planejamentos quinquenais. Isso “exige” desses museus que não fiquem olhando apenas para si e estejam voltados aos visitantes, desenvolvendo programas colaborativos com outras instituições.

2.2 RECURSOS

HUMANOS

2.2.1 EQUIPE QUALIFICADA

Muitos planos identificam, como o mais importante recurso de um museu, uma equipe adequadamente qualificada. Os Padrões para Museus Comunitários de Ontário, por exemplo, reconhecem que “a capacidade do museu de cumprir sua missão depende em larga escala de profissionalismo e da capacitação de sua equipe” e enfatizam que o museu deve empregar uma equipe adequadamente qualificada. O Programa de Certificação de Museus da AAM exige que as equipes de museus tenham “educação, treinamento e experiência adequados” e a Declaração de Excelência em Recursos Humanos do Programa de Assistência a Museus da NSM declara que “o museu [...] orienta os funcionários e voluntários do museu, suas expectativas e práticas de trabalho; possibilita o desenvolvimento profissional de funcionários e voluntários; avalia o desempenho profissional dos funcionários pelo menos anualmente”. O recém-lançado plano italiano espera que “cada museu providencie funcionários qualificados e em número suficiente, de acordo com seu tamanho, a natureza do acervo, seu papel e função e seu relacionamento com outras instituições na localidade”. Será pedido aos museus que definam as obrigações de cada membro de sua equipe e assegurem que as responsabilidades pelo acervo e pelos serviços do museu sejam confiadas a funcionários com experiência e habilidades especializadas. O programa holandês

exige que os museus certificados tenham funcionários qualificados, mas também reconhece que a natureza e a dimensão do museu devem ser levadas em consideração. A Lei de Museus flamenga exige que os museus reconhecidos “tenham equipes adequadas com um grau de treinamento suficiente”.

2.2.2 TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

O compromisso com o treinamento e o desenvolvimento profissional dos funcionários é freqüentemente mencionado em planos de padronização de museus. Os Padrões para Museus Comunitários de Ontário exigem que parte do orçamento anual do museu seja “alocada para programas de treinamento interno” e que os funcionários “tenham acesso a um desenvolvimento profissional (seminários, oficinas, conferências) e a uma biblioteca de referência adequadamente equipada”.

Alguns planos também exigem um compromisso com o desenvolvimento profissional dos membros do conselho. O Programa de Assistência a Museus da NSM, por exemplo, sugere a realização de uma sessão de orientação para novos membros, um manual do conselheiro e assistência para seu desenvolvimento profissional.

Kim Igoe, da AAM, comentou que “uma das coisas que encontramos a partir de nosso processo de certificação é que os museus não estão investindo suficientemente nos seus funcionários. As instituições mais bem geridas são aquelas que investem anualmente recursos financeiros no desenvolvimento de seus funcionários. Se você não investe na sua equipe, então como pode querer funcionar de acordo com os padrões e as

melhores práticas vigentes?”⁷ Nos Países Baixos, a formação dos funcionários em todos os museus certificados deve ser no mínimo o nível básico dos cursos oferecidos pela Museum Advisers Foundation [Fundação de Consultores de Museus].

Na Nova Zelândia, os Serviços Nacionais do Te Papa Tongarewa estudaram uma estrutura de treinamento para museus e desenvolveram um programa de padronização simultaneamente. Jane Legget, uma consultora que trabalha no plano de padronização de museus de Te Papa, falou numa conferência organizada pelo plano de certificação irlandês: “há enormes benefícios em se atentar para o treinamento e a avaliação e para os padrões de museus ao mesmo tempo, porque é uma simbiose que realmente pode produzir resultados”⁸.

Isso tem sido particularmente importante nos países onde os programas de treinamento em museus são, na melhor das hipóteses, pouco desenvolvidos. Um elemento inovador, e fundamental, do plano irlandês é a relação entre a introdução de um plano de certificação e a oferta de treinamento. “Os dois elementos são interdependentes. Se não houvesse treinamento o plano não iria funcionar.”⁹ Isso levou ao desenvolvimento de uma estratégia de treinamento para museus irlandeses, fortemente vinculada aos requisitos

7. Kim Igoe, *Programs for Advancement and Excellence: the US Experience* [Programas para Melhoria e Excelência: a Experiência Norte-Americana], 1998.

8. “Quality and Equality – Setting and Recognising Common Standards for Irish Museums” [Qualidade e Equidade – Estabelecer e Reconhecer Padrões Comuns para Museus Irlandeses], Kilkenny, 8-9 de outubro de 1998.

9. *A Policy Framework for the Irish Museums Sector* [Política para o Setor de Museus Irlandês], novembro de 2001.

do Plano de Padronização e Certificação. “O fato de o Heritage Council [Conselho do Patrimônio] ter vinculado o treinamento ao plano de certificação proposto na Irlanda é um fator novo e dinâmico, não observado em outros planos.”¹⁰

2.2.3 VOLUNTÁRIOS

Como no Reino Unido, um número significativo de museus no exterior se apóia no trabalho de voluntários para todas ou parte de suas atividades. Dos aproximadamente 450 museus na Nova Zelândia, 380 são geridos por voluntários. Em Vitória, Austrália, apenas 18% dos 8 mil funcionários de museus são pagos. Conseqüentemente, muitos planos de padronização de museus, particularmente os de Nova Escócia e Ontário, que são especificamente voltados para pequenos museus comunitários, dedicam atenção considerável aos voluntários e à sua seleção, papéis, funções, gerenciamento, desenvolvimento e avaliação. Diferentemente do Plano de Certificação do Reino Unido, muitos planos não exigem que os museus geridos por voluntários indiquem um consultor de curadoria profissional.

2.3 ACERVO

2.3.1 MATERIAL CULTURAL

Os planos no Canadá, EUA, Austrália e Nova Zelândia são particularmente conscientes das necessidades de suas várias comunidades indígenas. O Programa de Excelência em Museus de Alberta incentiva os museus a tratar o material

10. Aidan Walsh, citado em Louise Ryan, *A Future for Irish Museums – a Report on the Pilot Study for a National Accreditation Scheme* [Um Futuro para os Museus Irlandeses – Relatório sobre o Estudo-Piloto para o Plano de Certificação Nacional], 2000.

cultural respeitosamente e de acordo com as crenças e tradições dos grupos culturais entre os quais foi coletado. Os Padrões para Museus Comunitários de Ontário exigem que os museus “demonstrem um compromisso com um comportamento ético no desenvolvimento do acervo (por exemplo: repatriação, restos humanos)”.

2.3.2 PESQUISA

Talvez por causa da presença da palavra “pesquisa” na definição de museu da ICOM (ausente na definição da Museums Association), a pesquisa realizada por funcionários ou o oferecimento de apoio a pesquisadores de fora são vistos como parte intrínseca do gerenciamento de museus em muitos planos. O Programa de Certificação e Financiamento do Sul da Austrália enfatiza a importância de se realizar pesquisas para melhor documentar a história dos objetos. Os Padrões para Museus Comunitários de Ontário exigem que parte do tempo de trabalho dos funcionários seja dedicada à realização dos programas de pesquisa do museu e parte do orçamento anual seja alocada para as despesas com pesquisas. O Programa de Excelência em Museus de Alberta exige que as atividades de pesquisa do museu estejam de acordo com práticas profissionais, que os projetos de pesquisa concordem com o objetivo e as prioridades do museu e que os recursos direcionados à pesquisa sejam gastos de maneira eficaz. O museu também é encarregado de disponibilizar ao público os resultados das pesquisas.

Vários planos europeus também enfatizam em diferentes graus a importância da pesquisa. Na Suíça, por exemplo, é suficiente que “a documentação dos espécimes e do museu seja acessível depois de prévia aprovação de pessoas externas cientificamente

interessadas”. Outros vão além. O plano italiano declara: “Pesquisa é um objetivo prioritário de cada museu, a começar por seu próprio acervo. É um objetivo ao qual devem ser dedicados recursos humanos e financeiros, garantindo acesso ao acervo, documentação, conhecimento e informação”. Na Letônia os requisitos de pesquisa estão ligados ao objetivo de tornar acervos acessíveis ao público – “todo museu precisa realizar pesquisas para preparar suas exposições”. Nos Países Baixos, espera-se que os museus usem o acervo para obter novos conhecimentos. “Espera-se uma atitude ativa [em relação à pesquisa], no mínimo. Uma declaração de que os pesquisadores são bem-vindos não basta.” O novo plano Selo de Qualidade austríaco define a pesquisa como a exigência de que “se deve fazer um uso científico do acervo do museu”.

2.4 MUSEUS E SEUS VISITANTES

2.4.1 SERVIÇOS AOS VISITANTES/ATENDIMENTO E ACESSO AOS VISITANTES

A importância de se oferecer instalações adequadas aos visitantes e acesso tanto físico quanto intelectual consta da maioria dos planos de padronização de museus. O Programa de Certificação e Financiamentos para Museus da HTSA exige que o museu ofereça acesso satisfatório a pé ou em veículos e estrutura para estacionamento. Apenas um plano faz referência específica a atividades comerciais: o Programa de Assistência a Museus da NSM inclui os pequenos comércios como serviços ao visitante e exige que os museus “projetem sua atividade comercial como algo intrínseco a uma experiência positiva do visitante”.

Os termos e condições para membros do AMS/VMS exigem que o acervo do museu “possa ser visto pelo menos um dia por mês sem agendamento prévio [...] acessível diretamente

(sem passar por nenhum escritório ou sala privativa)”. O Plano de Certificação da AAM, por sua vez, exige que os museus “sejam substancialmente abertos ao público (pelo menos 100 mil horas por ano)”, enquanto que o Programa de Avaliação da mesma exige que os museus fiquem abertos ao público “120 dias ou mais por ano”. O programa holandês exige dos museus certificados que fiquem abertos pelo menos “104 sessões diárias” por ano, e devem ter “instalações para o conforto público (chapelarias, banheiros, cafés etc.) adequados à natureza e às dimensões do museu”. A lei relativa ao recém-definido Musées de France “redefiniu o papel e o lugar do museu em relação à sociedade”. No centro da lei está “a noção de acessibilidade para o público mais amplo possível e um acesso igualitário para toda cultura”.

Os museus certificados na Irlanda precisam ter uma sinalização externa clara, expor seus horários de funcionamento, ter banheiros e “serviço de atendimento” por telefone e realizar regularmente pesquisas sobre os visitantes. O plano do Chipre, muito preciso e estritamente focado, estabelece requisitos para as instalações dos museus, tanto para os visitantes quanto para os funcionários – “um escritório para o zelador, instalações sanitárias e espaço adequado para estacionamento de ônibus e carros particulares”.

2.5 **EXPOSIÇÕES, INTERPRETAÇÃO E EDUCAÇÃO**

2.5.1 EXPOSIÇÕES

Muitos planos de padronização de museus exigem a submissão de políticas de exposições por escrito e/ou um programa de exposições. Exige-se ou incentiva-se os museus a realizar exposições temporárias, tanto dentro de suas instituições quanto em turnês por outros espaços, e muitos dos planos enfatizam a importância de que o plano de

exposições reflita os objetivos do museu. Os planos da Irlanda e de Nova Escócia exigem uma abordagem consistente para as etiquetas e textos, um orçamento para exposições adequado à natureza e às dimensões do museu e constantes pesquisas sobre os visitantes e avaliações das exposições.

2.5.2 EDUCAÇÃO E INTERPRETAÇÃO

A educação e a necessidade de se interpretar os acervos são universalmente aceitas como atividades centrais dos museus. A submissão de uma política por escrito sobre educação e interpretação é um requisito de muitos planos de padronização de museus. O Programa de Certificação e Financiamentos para Museus da HTSA exige que os museus estabeleçam vínculos com professores e outros educadores, e o Programa de Excelência em Museus de Alberta exige que os museus abarquem “o aprendizado contínuo que envolve visitantes, funcionários e voluntários”. Os Padrões para Museus Comunitários de Ontário exigem que “todo funcionário envolvido no desenvolvimento e difusão de programas de educação e interpretação tenham capacitação e treinamento adequados” e que uma porcentagem do orçamento anual seja alocada para esses programas. O Programa de Certificação de Museus da AAM exige que os “programas públicos e exposições dos museus usem idéias, conceitos e objetos para oferecer oportunidades de aprendizado e divertimento”. O novo plano irlandês exige que os museus tenham uma política educacional e “atividades adequadas à natureza e às dimensões do museu” e que “estruturem Atividades/Programas Educativos”. Um membro da equipe de avaliação do plano-piloto da Irlanda achou que alguns dos padrões sobre educação e exposições “somente poderiam funcionar numa escala móvel”.

2.5.3 AVALIAÇÃO

A importância de se avaliar todas as atividades educativas e de interpretação, inclusive exposições, programas de difusão, monitores e voluntários, é enfatizada por vários planos.

2.6 MUSEUS E SUAS COMUNIDADES

2.6.1 A CONSCIÊNCIA DA INSERÇÃO LOCAL – MUSEUS E SUAS COMUNIDADES

O *Atto di Indirizzo* italiano pede a cada museu que “declare seus objetivos em relação à sua região”. “A natureza específica do patrimônio histórico e artístico italiano pode definir o papel específico de um museu em relação à sua localidade.” O plano italiano procura comprovações desse comprometimento e da maneira como ele é posto em prática.

Os planos de padronização de museus procuram, nas pequenas comunidades, enfatizar especialmente a importância de que os museus tenham um papel central dentro de suas comunidades. O Programa de Excelência em Museus de Alberta declara:

“Museus existem para o benefício da sociedade. Isso significa que as atividades do museu não podem isolar-se não apenas de seus visitantes, mas também dos parceiros, participantes de programas, visitantes virtuais, eventuais públicos e toda a comunidade dentro da qual funciona.”

A Declaração de Excelência para a Comunidade da NSM declara:

“O museu conhece e compreende sua natureza, função e papel no serviço e no desenvolvimento de sua comunidade,

define claramente sua comunidade na sua missão/declaração de propósitos, esforça-se para atender as expectativas da comunidade; esforça-se para garantir que a comunidade e os visitantes compreendam os propósitos do museu, envolve a comunidade no planejamento e na programação do museu, torna o local acessível a diferentes usuários.”

2.6.2 DIVERSIDADE CULTURAL

O projeto-piloto do Plano de Padronização de Museus da Nova Zelândia revelou que o seu ponto fraco era que a população maori e seu material cultural e histórico não tinham sido suficientemente envolvidos no desenvolvimento da estrutura dos padrões. Com o intuito de construir um relacionamento mais próximo entre os museus e a comunidade maori, a “implementação do plano de padronização precisa proporcionar uma mudança no pensamento dos museus maoris, com a instauração dos maoris como potenciais parceiros no desenvolvimento de seus museus”¹¹. Embora grande parte do conteúdo da estrutura de padrões seja própria do contexto da Nova Zelândia, há muitas lições genéricas a serem aprendidas sobre o trabalho com comunidades étnicas, como a importância de se envolver essas nas atividades do museu, construindo parcerias, compartilhando conhecimento e adotando uma abordagem flexível nas definições de cultura e acervo.

11. Rivers O'Regan Lynch, *The Trial of the New Zealand Museums Standards Scheme* [A Tentativa de Implementação do Plano de Padronização de Museus da Nova Zelândia], 2000.

2.7 GERENCIAMENTO DE PATRIMÔNIO E INSTALAÇÕES 2.7.1 EDIFÍCIOS, ÁREAS ADJACENTES E SEGURANÇA

DE PATRIMÔNIO E INSTALAÇÕES

A importância de se oferecer um ambiente seguro e confortável para funcionários e visitantes é enfatizada em vários planos de padronização de museus, juntamente com a necessidade de se manter o museu em boa ordem e ambientalmente seguro. Tanto o Programa de Certificação e Financiamento para Museus da HTSA quanto os Padrões para Museus Comunitários de Ontário exigem que os museus que ocupem edifícios históricos mantenham a integridade histórica do local e pesquisem a relevância para o patrimônio de todos os edifícios históricos dos arredores. Além disso, o plano de Ontário exige que os museus “empenhem-se em ser ambientalmente responsáveis no uso de energia e materiais”.

Muitos planos exigem que os museus atinjam padrões de saúde e segurança. O plano italiano exige que eles avaliem a adequação de seus edifícios para as funções que exercem, incluindo programas educativos, assim como as necessidades do acervo, funcionários e visitantes.

Embora todos os planos comprometam os museus com a proteção e salvaguarda de seus acervos e com a obrigação de cumprir regras adequadas para os casos de incêndios e para segurança pública, poucos mencionam especificamente a segurança. Muitos planos exigem que os museus comprovem que foi feita a avaliação de riscos e o Programa de Certificação da AAM exige o envio do plano de emergência do museu. O Programa de Certificação de Museus da Museums Australia [Museus da Austrália] (Vitória) inclui um módulo de planejamento de segurança, e o plano da Nova Escócia pede especificações sobre como o museu está protegido contra arrombamentos, incêndios, enchentes, vandalismo e roubos.

O novo programa italiano exige que os museus protejam acervos, funcionários e visitantes.

2.8 **DEFININDO POLÍTICAS**

Diferentemente do plano do Reino Unido, em que as informações foram recolhidas anualmente junto aos museus e usadas como base para as futuras políticas, há poucas evidências de que as informações recolhidas pouco a pouco pelos planos em outros países sejam usadas em um contexto mais amplo.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

CONCLUSÕES

Durante nossa pesquisa, ficamos freqüentemente impressionados com a influência que o Plano de Certificação do Reino Unido exerceu por todo o mundo. Esse plano, assim como o da AAM, é muito admirado e regularmente usado como ponto de partida para desenvolvimentos em outros países.

Constatamos também a quantidade de planos que estão ou em um estágio-piloto ou nas primeiras fases de desenvolvimento. Muitos desses programas estão buscando refletir os novos tempos e as condições locais. Contudo, os responsáveis por seu desenvolvimento reconhecem que têm muito a aprender com a experiência de programas estabelecidos há muito tempo, como o dos Estados Unidos e o do Reino Unido. Da mesma maneira, os autores de planos antigos podem aprender com as experiências dos recém-chegados.

Na sua forma original, o Plano de Certificação adotou os valores principais dos museus e nós recomendamos energicamente que isso continue sendo uma parte não-negociável do programa. Ao mesmo tempo, ficou claro que muitos planos que examinamos adotam uma visão bem mais holística dos museus, não só em termos de definição como também no conjunto de suas atividades. Particularmente, os planos mais novos tendem a colocar uma maior ênfase nos visitantes e funcionários do que nos processos museológicos. Os programas de padronização mais jovens buscaram abarcar marketing, pesquisa, serviços aos visitantes, educação, difusão na comunidade, interpretação, edifícios e posses (inclusive as instalações para os funcionários).

Todos esses temas cresceram em importância nos quinze anos desde o estabelecimento da certificação, e é certo que

os órgãos de museus, na definição dos padrões, esforçaram-se para considerar o conjunto completo das atividades. Ao mesmo tempo, é preciso ter cuidado para não sobrecarregar o plano. Notamos que muito freqüentemente os programas desse tipo exercem uma pressão tanto sobre o tempo dos funcionários quanto sobre os recursos do museu. Isso é particularmente verdadeiro no caso de museus pequenos.

Todavia, há algo de atrativo na maneira como muitos planos que examinamos se esforçaram para ser inclusivos, incorporando *todos* os museus, grandes e pequenos. Sem dúvida, a política do “tamanho único” não deixa de apresentar dificuldades, mas também tomamos consciência dos problemas na avaliação de diferentes níveis de desempenho, sobretudo quando os resultados tinham conseqüências financeiras ou dependiam de opiniões subjetivas.

Ficamos impressionados com a maneira como os planos incluíam o plano de desenvolvimento nos seus processos, seja no momento da “certificação” inicial, seja, mais tarde, na garantia de que os museus continuem atingindo os padrões exigidos. Em alguns casos, isso fez com que um certo “desejo de melhorar” fosse incorporado aos planos e nós gostamos particularmente da questão matreira colocada ao final de cada seção do formulário de inscrição do Plano de Certificação de Museus letão: “O que você gostaria de mudar na situação existente que não o satisfaz neste momento?”

Ficou claro quando analisamos diferentes planos de padronização mundo afora que as dimensões eram um fator importante tanto na sua estruturação como na sua operacionalização. Alguns planos (se eram de fato como

nós os conhecemos), como o de Zanzibar, englobavam um punhado de museus, enquanto os dos Estados Unidos alcançavam potencialmente 16 mil museus distribuídos numa vasta área geográfica. Independente de suas dimensões, muitos programas se esforçam bastante para manter uma ênfase forte em visitas aos locais seguidas do envio de relatórios, em vez de confiar em documentação. Ficou claro que as pessoas que trabalham nos museus gostam muito dessa maneira de funcionar. O sistema do Reino Unido tentou equilibrar isso com o envolvimento dos conselhos regionais de museus, e acreditamos que seja importante tentar garantir que cada novo escritório regional continue sendo um componente-chave no Plano de Certificação. De fato, esses escritórios podem ter capacidade de assumir uma responsabilidade maior, ficando a Resource como um árbitro e autoridade final. Certamente, não gostaríamos que nada fosse feito que pudesse prejudicar a natureza do atual plano do Reino Unido.

O Plano de Certificação, como qualquer sistema pioneiro, traz marcas do tempo, mas sua capacidade de se autovigiar por meio de revisões periódicas é uma qualidade muito admirada. Assim, também encontramos um forte interesse pelos resultados da atual revisão da certificação feita pela Resource. Muitos de nossos interlocutores manifestaram o desejo de que os resultados tanto desta pesquisa quanto da revisão feita pela Resource do plano pudessem ser amplamente compartilhados. Em certo sentido isso nos surpreendeu, mas ficou claro que, embora o plano do Reino Unido tenha exercido influência, havia relativamente pouca troca de informações entre os diferentes planos em curso ao redor do mundo. Em consequência disso, as oportunidades de se trocar experiências parecem ser desperdiçadas.

Nossa pesquisa revelou diferentes maneiras de se elevar os padrões para museus. Nem todas são aplicáveis ao contexto do Reino Unido, mas acreditamos que há várias idéias que justificam mais análises por parte da Resource dentro de sua revisão do plano. Organizamos essas idéias numa série de recomendações para futuras ações.

RECOMENDAÇÕES A Resource deve:

- (i) Buscar estabelecer uma rede para troca de informações e treinamento entre agências que operam planos de padronização por todo o mundo.
- (ii) Considerar o lançamento dessa rede com um simpósio internacional em que se coloquem juntas as organizações que administram os vários planos – novos, estabelecidos e nascentes.
- (iii) Considerar a importância de garantir que continue havendo um envolvimento prático local no processo de certificação, com um papel claro para os novos escritórios regionais.
- (iv) No sentido de criar centros regionais, examinar a opção da comunidade flamenga de os museus se juntarem em grupos para o reconhecimento.
- (v) Considerar se deve haver uma ênfase mais forte na ética de museus, com particular referência ao Código de Ética da Museums Association (2001).
- (vi) Considerar a possibilidade de dar maior prioridade aos planos de desenvolvimento, pedindo aos museus certificados

que produzam um plano anual, que deve ser monitorado em nível regional.

(vii) Incentivar os museus a incorporarem um desejo de melhorar, exigindo que projetem para além do plano anual e estabeleçam o que eles gostariam de mudar a médio prazo.

(viii) Buscar desenvolver uma visão mais inclusiva de gerenciamento, incorporando os conselhos de gerenciamento (não importando a forma que eles tenham) voluntários e funcionários pagos, e usando o processo de certificação como uma oportunidade de se definir papéis, redigir documentos de descrição de cargos e desenvolver programas de treinamento e desenvolvimento.

(ix) Considerar meios pelos quais o Plano de Certificação possa desenvolver uma abordagem mais orientada aos visitantes.

(x) Considerar o quanto o plano deve incentivar políticas mais empreendedoras no que se refere à pesquisa em museus certificados.

(xi) Estudar meios pelos quais o plano possa incentivar um verdadeiro compromisso com o treinamento de conselheiros, voluntários e funcionários, e possa oferecer treinamento específico relacionado a cada aspecto do conjunto de requisitos para certificação (por exemplo: educação, atividades interpretativas).

(xii) Considerar que em alguns países foram criadas organizações específicas para cuidar da administração dos planos de padronização e considerar se isso pode ser útil

no futuro para o Reino Unido, especialmente se o plano for expandido para incluir bibliotecas e arquivos.

ANEXOS

1 LISTA DE CONTATOS

País	Organização
Internacional	ICCROM ICOM UNESCO IFACCA Council of Europe [Conselho da Europa] Commonwealth Association of Museums [Associação de Museus dos Países de Língua Inglesa] INTERCOM
África	Africom Programa para o Desenvolvimento de Museus da África École du Patrimoine Africaine [Escola do Patrimônio Africano] ICOM Magreb ICOM África Central CIAO (ICOM África Ocidental)
África do Sul	South African Museums Association [Associação de Museus da África do Sul]
Alemanha	Deutscher Museumsbund Staatliche Museen Preussischer Kulturbesitz, Institut für Museumkunde ICOM Deutschland
Argentina	Fundación Antorchas

País	Organização
Austrália	<p>Museums Australia Inc [Museus da Austrália]</p> <p>Australian Museums Accreditation Program [Programa de Certificação de Museus Australianos] (MAP)</p> <p>Museums & Galleries Foundation [Fundação de Museus] of NSW</p> <p>The History Trust of South Australia [Conselho de História do Sul da Austrália]</p>
Áustria	<p>Associação de Museus e Acervos da Estíria</p> <p>ICOM Áustria</p>
Bélgica	<p>Vrije Universiteit Brussel</p> <p>Comunidade Flamenga, Administração Cultural</p> <p>Vlaamse museumvereniging</p> <p>Museu Real de Belas Artes da Antuérpia</p> <p>AFMB/ICOM</p>
Brasil	Vitae
Bulgária	Associação de Museus da Bulgária
Canadá	<p>Ontario Ministry of Citizenship, Culture and Recreation [Ministério da Cidadania, Cultura e Recreação de Ontário]</p> <p>Canadian Museums Association [Associação de Museus do Canadá]</p> <p>Museums Alberta [Museus de Alberta]</p> <p>Ontario Ministry of Culture & Communication [Ministério de Cultura e Comunicação de Ontário]</p>

País	Organização
Canadá	British Columbia Museums Association [Associação de Museus da Colúmbia Britânica] Nova Scotia Museums [Museus da Nova Escócia] Société des Musées Québécois [Sociedade dos Museus do Quebec]
Caribe	Associação de Museus do Caribe
China	Sociedade Chinesa de Museus Associação Chinesa dos Museus de Ciências Naturais Escola de Arqueologia e Museologia, Universidade de Pequim
Chipre	Museus do Chipre
Croácia	Associação de Museus da Croácia
Dinamarca	Roskild Museum Conselho Nacional de Museus Dinamarqueses Ministério da Cultura da Dinamarca Kulturarvsstyrelsen registration unit
Egito	ICOM Magreb
Eslováquia	Ministerstvo Kultury Slovenskej Republiky
Eslovênia	Associação de Museus da Eslovênia
Espanha	Museo Cerralbo ICOM Espanha

País	Organização
Estônia	Associação de Museus da Estônia
EUA	American Association of Museums [Associação Norte-Americana de Museus]
Finlândia	Ministério da Educação Associação de Museus da Finlândia
Formosa	Associação de Museus da China
França	Inspection générale des musées de France [Inspetoria geral dos museus da França]
Grécia	Ministério da Cultura, Secretaria de Museus Bizantinos
Hungria	Associação de Museus da Hungria
Ilhas do Pacífico	Associação de Museus das Ilhas do Pacífico
Índia	ICOM Índia
Irlanda	Heritage Council [Conselho do Patrimônio] Irish Museums Association [Associação de Museus da Irlanda]
Islândia	Arquivo Nacional de Filmes da Islândia
Itália	Instituto Recherche Economico Sociali del Piemonte ICOM Itália
Japão	Associação de Museus do Japão Grupo de Trabalho sobre Padrões de Museus

País	Organização
Japão	ICOM Japão
Letônia	Órgão Estatal para Museus
Lituânia	Associação de Museus da Lituânia
Noruega	Órgão de Museus da Noruega Associação Norueguesa de Museus
Nova Zelândia	NZ Museums Standards Initiative [Iniciativa de Padronização de Museus da Nova Zelândia] Museums Aotearoa [Museus de Aotearoa]
Oceano Índico	Associação de Museus do Oceano
Países Baixos	Associação de Museus dos Países Baixos Fundação de Certificação de Museus dos Países Baixos Fundação de Consultores de Museus dos Países Baixos
Polônia	ICOM Polônia Centro de Museus, Museus de Arte, Lodz
Portugal	Instituto Português de Museus
República Tcheca	Associação de Museus da República Tcheca Conselho Tcheco da ICOM
Romênia	British Council [Conselho Britânico]

País	Organização
Romênia	Ministério da Cultura e Assuntos Religiosos
Rússia	Associação de Museus Russos
Cingapura	Governo de Cingapura
Suécia	Museu Nacional de Cultura do Mundo Associação de Museus da Suécia Conselho Nacional para Assuntos Culturais da Suécia ICOM Suécia
Suíça	Associação de Museus Suíços
Vietnã	Ministério da Cultura e da Informação Secretaria do Patrimônio Nacional
Zanzibar	Ministério de Educação, Cultura, Arte e Serviços do Zanzibar

2 QUESTIONÁRIO

Resource: Conselho para Museus, Arquivos e Bibliotecas

Pesquisa sobre Planos de Padronização de Museus

Por favor, devolver este questionário para Jane Weeks
jweeks@denmark2.demon.co.uk até 14 de junho de 2002.

Nome do plano:

1. Quais são os objetivos do plano?
2. O plano é apenas para museus? Se não, que outros tipos de organização são incluídos?
3. Em que áreas das atividades museológicas o plano estabelece padrões mínimos nacionalmente reconhecidos?

Gerenciamento

Conservação de acervos

Serviços ao visitante

Educação

Inclusão social

Outros (favor descrever)

4. Quais são os principais benefícios do plano para os museus?

Reconhecimento público

Acesso a verbas

Elevação da autoconfiança

Proteção

Indicadores de desempenho

Outros (favor descrever)

5. Processo de inscrição

Quais instituições podem se inscrever?

O plano é opcional?

Como as inscrições são avaliadas?

Auto-avaliação

Avaliação por pares

Outros (favor descrever)

6. O que você vê como pontos fortes e fracos dos procedimentos escolhidos?

7. Quem administra o plano e em nome de quem?

8. Como o plano é administrado? Por exemplo:
nacionalmente, regionalmente ou pelos próprios museus.

9. Requisitos e conteúdo:

Qual a definição de museu utilizada?

Quais informações são exigidas?

Por exemplo:

Estrutura legal

Medidas válidas para conservação de acervos

Políticas para aquisições e baixas

Serviços ao público adequados

Acesso a consultoria de curadoria profissional

Bases legais e financeiras válidas

Saúde e segurança

Outros (favor descrever)

10. O plano tem um único nível a ser alcançado ou oferece oportunidades de desenvolvimento para além do nível básico?

11. Como o plano é monitorado?
12. Exige-se dos museus participantes que enviem relatórios anuais?
13. Quais controles de garantia de qualidade são utilizados?
14. O público tem conhecimento sobre o plano?
15. O plano está vinculado a financiamentos?
16. Quais foram os resultados desse plano em particular?
17. Quais foram os problemas?

Por exemplo:

Quantidade de padrões excessiva.

Padrões altos demais ou baixos demais.

Questionário preenchido por:

Organização:

Telefone para contato:

E-mail:

Data:

**3 BANCO DE DADOS
DOS PLANOS DE
PADRONIZAÇÃO
DE MUSEUS**

A lista a seguir apresenta todos os planos de padronização e certificação que nós descobrimos durante nossa pesquisa. Nem todos poderiam ser descritos estritamente como planos de padronização no contexto do Reino Unido, e alguns não têm relevância para a situação deste.

País	Administração	Nome do Plano	Data
África do Sul	South African Museums Association [Associação de Museus da África do Sul]	Programa de Certificação	Desconhecida
Austrália	History Trust of South Australia [Conselho de História do Sul da Austrália]	Programa de Certificação e Financiamento de Museus	Desconhecida
	Museums Australia [Museus da Austrália] (Vitória)	Programa de Certificação de Museus	1993
Áustria	ICOM Áustria	Selo de Qualidade de Museus	2002
Bélgica	Governo da Comunidade Flamenga	Erkende Musea Vlaanderen [Reconhecimento de Museus]	1999
	Governo da Comunidade Francesa	Décret relatif aux musées [Decreto relativo aos museus]	2003

País	Administração	Nome do Plano	Data
Canadá	Museums Alberta [Museus de Alberta]	Programa de Excelência em Museus	2001
	Nova Scotia Museum [Museus da Nova Escócia]	Programa de Assistência aos Museus	1966
	Ontario Ministry of Culture [Ministério da Cultura de Ontário]	Padrões para Museus Comunitários de Ontário	1999
Chipre	Departamento de Antiguidades	Critérios, diretrizes e recursos para a fundação e o funcionamento de museus locais no Chipre	Desconhecida
Dinamarca		Lei de Museus etc.	1989
EUA	American Association of Museums [Associação Norte-Americana de Museus]	Programa de Avaliação de Museus	Anos 70
		Programa de Certificação de Museus	1971
França	Ministère de la Culture [Ministério da Cultura]	Lei 2002-5 Musées de France [Museus da França]	2002

País	Administração	Nome do Plano	Data
Irlanda	Heritage Council [Conselho do Patrimônio]	Plano de Padronização e Certificação de Museus	1999
Itália	Agências dos governos regionais	<i>L'Atto di Indirizzo</i>	2000
Japão	Secretarias Municipais de Educação	Plano de Certificação de Museus	Desconhecida
Letônia	Órgão Estatal de Museus	Plano de Certificação	1998
Noruega	Associação Norueguesa de Museus	Programa de Auto-Avaliação	1999
Nova Zelândia	Te Papa Tongarewa	Plano de Padronização de Museus da Nova Zelândia	2001
Países Baixos	Fundação para Certificação de Museus nos Países Baixos	Plano de Certificação de Museus	1997
Polônia	Conselho para Assuntos de Museus	Registro Nacional de Museus	1997

País	Administração	Nome do Plano	Data
República Tcheca		Lei 122/2000 – Proteção de Acervos de Caráter Museológico	2000
Suíça	Associação de Museus da Suíça (VMS)	Termos de Admissão na VMS	1966
Zanzibar	Secretaria de Arquivos, Museus e Antigüidades	Várias Leis Parlamentares específicas	1919 em diante

4 RESUMOS DE

PLANOS

RELEVANTES

(BASEADO NAS

INFORMAÇÕES

FORNECIDAS)

<i>Austrália:</i> Sul da Austrália	www.history.sa.gov.au/htsa/htsa-grants.htm
Nome	Programa de Certificação e Financiamentos de Museus.
Data	Desconhecida.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar as redes de museus de alta qualidade; • Estabelecer padrões; • Dar acesso a financiamentos.
Abrangência	<p>Associações sem fins lucrativos.</p> <p>Instituições filantrópicas.</p> <p>Organizações privadas.</p>
Benefícios	<p><i>Status</i> mais alto.</p> <p>Capacitado para concorrer a verbas para projetos.</p>
Processo de inscrição	O Gerente de Serviços de Museus avalia o formulário e depois visita o museu.
Administração	Conselho de História do Sul da Austrália.
Requisitos/Padrões/ Critérios	<p>Gerenciamento.</p> <p>Gerenciamento de acervos.</p> <p>Preservação de acervos.</p> <p>Explicações e comunicação.</p> <p>Gerenciamento de pessoal.</p> <p>Promoção do museu.</p> <p>Gerenciamento financeiro.</p> <p>Pesquisa sobre acervos.</p> <p>Constituição de um ambiente seguro.</p> <p>Cuidado com edifícios do patrimônio histórico.</p>
Níveis de desempenho	
Monitoramento	
Garantia de qualidade	

Conhecimento público
Vínculo com financiamentos? Sim.
Resultados
Problemas

<i>Austrália:</i> Vitória	www.home.vicnet.net.au
Nome	Programa de Certificação de Museus.
Data	1993.
Objetivos	Fornecer uma estrutura que ajude os museus de Vitória a alcançar sustentabilidade e inovação no seu gerenciamento, governança e operacionalização.
Abrangência	Museus; galerias de arte; parques temáticos na área de história; sociedades históricas; jardins botânicos e zoológicos; aquários; viveiros; centros científicos; centros culturais.
Benefícios	Melhora os museus. Ganha reconhecimento. Demonstra o valor. Melhora as bases para o futuro. Desenvolve propostas de financiamento.
Processo de inscrição	Auto-avaliação. Avaliações por pares.
Administração	Museums Australia [Museus da Austrália] (Vitória).
Requisitos/Padrões/ Critérios	Gerenciamento (Governança, Recursos, RH). Gerenciamento de segurança. Gerenciamento de acervos. Conservação preventiva. Programas públicos. Marketing e serviços aos visitantes.
Níveis de desempenho	Registro inicial. Certificação quando da visita ao local. Manutenção dos padrões de reconhecimento. Auditoria do reconhecimento (3 anos).
Monitoramento	Auto-avaliação. Visitas ao local.

Garantia de qualidade	<p>Visitas de avaliação <i>in loco</i>.</p> <p>Visitas dos funcionários do PCM/MA Vitória.</p>
Conhecimento público	Sim.
Vínculo com financiamentos?	Não.
Resultados	<p>Elevação dos padrões profissionais.</p> <p>Manutenção do apoio estatal.</p> <p>Certificação vinculada com desenvolvimento profissional e treinamentos.</p>
Problemas	<p>Falta de recursos para os museus comunitários regionais.</p> <p>Dois funcionários administram 85 instituições em todo o Estado.</p>

<i>Áustria</i>	www.ace.hu/ceicom/austria/
Nome	Museumsgütesiegel (Selo de Qualidade de Museus).
Data	2002.
Objetivos	“Implementar ferramentas para o controle de qualidade e melhoria por meio do estabelecimento de padrões mínimos no setor museológico”.
Abrangência	Museus conforme a definição do ICOM.
Benefícios	<p>Proteção ao consumidor.</p> <p>Uso do Selo de Qualidade como sustentação em pedidos de subsídios.</p> <p>Maior confiança dos patrocinadores.</p> <p>Maior confiança dos doadores.</p> <p>Para o uso em marketing.</p> <p>O desenvolvimento de uma identidade corporativa dos museus portadores do Selo de Qualidade.</p>
Processo de inscrição	Em desenvolvimento.
Administração	ICOM Áustria.
Requisitos/Padrões/ Critérios	<p>Base legal.</p> <p>Acervos de museus e políticas para acervos.</p> <p>Documento escrito contendo a definição dos propósitos do museu e suas atividades.</p> <p>Base financeira estável.</p> <p>Documentação.</p> <p>Cuidado e conservação de acervos.</p> <p>Pesquisa.</p> <p>Instalações básicas para o público.</p>
Níveis de desempenho	Selo de Qualidade com duração de quatro anos.
Monitoramento	Em desenvolvimento.
Garantia de qualidade	Em desenvolvimento.

Conhecimento público	Ainda não.
Vínculo com financiamentos?	Não, mas se espera que seja usado como sustentação em pedidos de subsídios.
Resultados	
Problemas	

<i>Bélgica:</i>	
Comunidade Flamenga	www.museumsite.be
Nome	Erkende Musea Vlaanderen – Reconhecimento de Museus.
Data	1998.
Objetivos	Melhorar a qualidade dos museus.
Abrangência	Museus conforme a definição do ICOM.
Benefícios	Reconhecimento público, acesso a financiamentos, um tipo de auto-avaliação, conhecimento de pontos fortes e fracos, planeamento de melhorias.
Processo de inscrição	O plano está legalmente estabelecido (Lei de Museus de 1996) e as inscrições são avaliadas de acordo com o procedimento legal.
Administração	Administração Cultural da Comunidade Flamenga junto com um comitê consultivo de especialistas em museus. Decisão final é tomada pelo ministro.
Requisitos/Padrões/ Critérios	Gerenciamento. Conservação de acervos. Serviços aos visitantes. Educação. Inclusão social. Finanças. Pesquisa científica. Edifícios, locação. Contratação de funcionários.
Níveis de desempenho	Três níveis: básico, regional e nacional (tanto da Comunidade quanto da Federação). Museus que trabalham juntos por um mínimo de 5 anos podem se candidatar conjuntamente a um reconhecimento único.

Monitoramento	Museus são monitorados anualmente por meio de inspeção do relatório anual, seguindo-se rígidas diretrizes. Em teoria, o reconhecimento tem validade ilimitada, mas a cada cinco anos os museus reconhecidos devem submeter novamente a documentação de suas políticas à avaliação.
Garantia de qualidade	A Comunidade Flamenca aplica o modelo de garantia de qualidade EFQM em todos os seus departamentos. Esse modelo enfatiza a auto-avaliação. Avaliação do relatório anual e uma visita anual, porém não em todos os museus.
Conhecimento público	O conhecimento público não era um objetivo prioritário do plano.
Vínculo com financiamentos?	Sim. Os dois níveis mais altos recebem financiamento estrutural. Todos os museus reconhecidos, inclusive os que atingiram o nível básico, são elegíveis para o financiamento de projetos e atividades inovadoras.
Resultados	Melhora da qualidade, padrões para os funcionários, conservação de acervos, educação e trabalho em rede.
Problemas	Problemas na distinção entre os níveis básico e regional e entre os níveis regional e nacional. A determinação exata é sempre difícil devido à subjetividade das opiniões. Um receio de que nem todo o patrimônio cultural possa ser incluído no plano de museus.

<i>Canadá:</i>	www.museumsalberta.ab.ca
Alberta	
Nome	Programa de Excelência em Museus (PEM).
Data	2001.
Objetivos	Incentivar museus a melhorar a compreensão, excelência e acesso.
Abrangência	Somente museus (segundo definição do ICOM).
Benefícios	Avalia tanto padrões profissionais quanto o papel social. Ajuda os museus a tomar em consideração seus valores centrais. Aumenta o reconhecimento público. Avaliação por pares.
Processo de inscrição	Fase preparatória. Inscrição no programa.
Administração	Museums Alberta [Museus de Alberta].
Requisitos/Padrões/ Critérios	Museus e Sociedade. Administração. Acervos. Programação.
Níveis de desempenho	
Monitoramento	A cargo dos funcionários do PEM.
Garantia de qualidade	A cargo dos funcionários do PEM.
Conhecimento público	Dentro da comunidade museológica.
Vínculo com financiamentos?	Não.
Resultados	Examina o papel social dos museus. Avaliação por pares é mais difundida.
Problemas	Limitações de tempo. Financiamento para a administração do programa.

Canadá: Nova Escócia	www.museum.gov.ns.ca
Nome	Programa de Assistência a Museus.
Data	1966.
Objetivos	“Administrar os recursos disponíveis de forma justa e igualitária de acordo com padrões estabelecidos para os museus que efetivamente oferecem um acesso aos seus acervos, informações e instalações em benefício da comunidade.”
Abrangência	Museus comunitários, centros de exposições e atividades de grupos locais relacionadas a museus.
Benefícios	
Processo de inscrição	Submissão de um formulário de inscrição detalhado e uma avaliação no local realizada por uma equipe de pares.
Administração	Nova Scotia Museum [Museus da Nova Escócia].
Requisitos/Padrões/ Critérios	Acervo e acesso a informações. Comunidade. Instalações. Governança. Interpretação. Gerenciamento. Marketing e pequeno comércio.
Níveis de desempenho	
Monitoramento	
Garantia de qualidade	
Conhecimento público	
Vínculo com financiamentos?	Sim. O êxito na inscrição capacita os museus a receber verbas de até 50% do valor dos seus custos operacionais.
Resultados	
Problemas	

<i>Canadá:</i>	
Ontário	
Nome	Padrões para Museus Comunitários de Ontário.
Data	1999.
Objetivos	Desenvolver os requisitos para o funcionamento de um bom museu comunitário.
Abrangência	Somente museus.
Benefícios	Comprometimento com a preservação da cultura material. Melhorar os padrões.
Processo de inscrição	Avaliação por meio de contatos anuais com Community Museum Operating Grant [Fundo Operacional para Museus Comunitários].
Administração	Ministério da Cultura, Província de Ontário.
Requisitos/Padrões/critérios	Governança. Acervos. Exposições, Interpretação e Educação. Pesquisa. Conservação. Planejamento físico. Comunidade. Recursos Humanos.
Níveis de desempenho	
Monitoramento	Visitas ao local. Formulários anuais de avaliação. Auditoria financeira.
Garantia de qualidade	Requisitos vinculados com padrões.

Conhecimento público	Dentro da comunidade museológica.
Vínculo com financiamentos?	Sim, tanto para funcionamento do museu quanto para aumentar seu capital.
Resultados	Melhoria reconhecida em todas as áreas. Desenvolvimento de padrões revistos.
Problemas	Falta de fundos para verbas operacionais vinculadas. Recursos limitados para que os assessores de museus viagem e prestem serviços <i>in loco</i> .

<i>Chipre</i>	www.moec.gov.cy/Index_eng.htm
Nome	Critérios, Diretrizes e Recursos para a fundação e funcionamento de museus locais no Chipre.
Data	
Objetivos	Controlar o estabelecimento de museus arqueológicos, rurais e de arte popular.
Abrangência	
Benefícios	
Processo de inscrição	Enviar formulário para o Departamento de Antigüidades.
Administração	Proteção do patrimônio nacional do Chipre.
Requisitos/Padrões/ Critérios	<p>1. Museus arqueológicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • só podem estabelecer-se em sítios arqueológicos grandes; • quando as antiguidades pertencem ao governo, só podem ser expostas em terras ou edifícios do governo; • o local deve ser aprovado pelo Departamento; • precisam ser apoiados pela comunidade local quanto ao capital e financiamentos a fundo perdido; • precisam ser projetados pelo Departamento; • devem ter um escritório para o zelador, instalações sanitárias e espaço adequado para estacionamento de carros; • edifícios adaptados não devem ter área menor que 250 m². <p>2. Edifícios, exposições e gerenciamento de museus rurais locais devem ser propriedade e responsabilidade do governo.</p> <p>3. Nos casos em que antiguidades (anteriores a 1900 d.C.) pertencem a museus municipais, elas devem ser registradas no Departamento como acervos privados.</p>

Níveis de desempenho	Reconhecimento pelo Departamento.
Monitoramento	
Garantia de qualidade	
Conhecimento público	
Vínculo com financiamentos?	Não diretamente.
Resultados	
Problemas	

<i>Dinamarca</i>	
Nome	Lei de Museus.
Data	1984, emendada em 1986 e 1989.
Objetivos	Salvaguardar o patrimônio cultural dinamarquês e favorecer o trabalho e a cooperação entre museus.
Abrangência	1. Museus estatais. 2. Outros museus.
Benefícios	Acesso a subsídios.
Processo de inscrição	1. Dois museus nacionais estabelecidos por lei. 2. Submissão de informações ao Conselho Dinamarquês de Museus.
Administração	
Requisitos/Padrões/critérios	Museus estatais: <ul style="list-style-type: none"> • devem cooperar com outros museus; • podem “isolar objetos dos acervos”; • precisam constituir e manter acervos representativos; • fornecer as bases para atividades educativas e de pesquisa; • prestar assistência profissional a outros museus.
Níveis de desempenho	Aprovação pelo Ministério da Cultura.
Monitoramento	Conselhos municipais de museus recebem os planos de trabalho dos museus e projetam um plano de trabalho para todos os museus da região, distribuindo tarefas entre eles.
Garantia de qualidade	

Conhecimento público	
Vínculo com financiamentos?	Sim – “Museus habilitados a receber subsídios”.
Resultados	
Problemas	

<i>EUA</i>	www.aam-us.org/map.htm
Nome	Programa de Avaliação de Museus.
Data	Anos de 1970.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Clarificar padrões de museus contemporâneos; • Ajudar os museus a reconhecer sua identidade; • Incentivar o planejamento; • Desenvolver habilidades de liderança.
Abrangência	Somente museus.
Benefícios	<p>Reconhecimento pela busca de excelência.</p> <p>Acesso mais fácil a verbas.</p> <p>Elevação da auto-confiança.</p> <p>Definição de prioridades.</p> <p>Recebimento de recomendações.</p>
Processo de inscrição	<p>Auto-avaliação.</p> <p>Avaliação por pares.</p> <p>Supervisão do Programa.</p>
Administração	Associação Norte-Americana de Museus (financiada pelo Instituto dos Serviços de Museus e Bibliotecas(ILMS)).
Requisitos/Padrões/ Critérios	<p>Avaliação institucional.</p> <p>Avaliação de gerenciamento de acervo.</p> <p>Avaliação da dimensão pública.</p> <p>Avaliação da governança.</p>
Níveis de desempenho	<p>As avaliações podem ser feitas em qualquer pedido de avaliação institucional.</p> <p>Avaliação de gerenciamento de acervo.</p> <p>Avaliação da dimensão pública.</p> <p>Avaliação da governança.</p>
Monitoramento	Processo de avaliação.
Garantia de qualidade	Avaliações pelos museus participantes e por seus pares avaliadores.
Conhecimento público	Dentro da comunidade museológica.
Vínculo com financiamentos?	Sim, financiamentos por inscrições no ILMS.

Resultados	3 500 museus participaram.
Problemas	Treinamento de pares avaliadores. Tempo tomado pela auto-avaliação. Diferentes necessidades dos museus. Implementação opcional aos museus.

EUA	www.aam-us.org
Nome	Programa de Certificação de Museus.
Data	1971.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • O programa reflete, reforça e promove as melhores práticas nos museus. • Reconhece a excelência dentro da comunidade museológica.
Abrangência	Museus; aquários; centros de arte; planetários; centros científicos; zoológicos.
Benefícios	<p>Imagem pública positiva.</p> <p>Fonte de orgulho.</p> <p>Demonstra credibilidade.</p> <p>Ajuda os museus em seus <i>lobbies</i>.</p> <p>Oportunidade de rever políticas.</p> <p>Consciência mais clara da missão.</p> <p>Ferramentas para parametrização.</p>
Processo de inscrição	<p>Auto-avaliação.</p> <p>Avaliação por pares.</p>
Administração	Associação Norte-Americana de Museus.
Requisitos/Padrões/ Critérios	<p>Incluir-se na definição de museu do Programa.</p> <p>Cumprir os critérios de funcionamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estar aberto ao público há dois anos; • Estar aberto ao público por pelo menos mil horas por ano; • Orçamento operacional de pelo menos US\$ 25 mil; • Tombamento de 80% do acervo; • Governança; • Gerenciamento (<i>stewardship</i>) do acervo; • Interpretação e apresentação; • Administração e finanças.
Níveis de desempenho	Certificação.

Monitoramento	Revisão da certificação a cada dez anos.
Garantia de qualidade	Pela equipe do Programa.
Conhecimento público	Sim, mas principalmente dentro da comunidade museológica.
Vínculo com financiamentos?	Não.
Resultados	O Programa reflete, reforça e promove as melhores práticas no campo de museus. Incentiva um alto nível de profissionalismo.
Problemas	Os museus menores ficaram impedidos pelo custo e tempo envolvidos. Um tamanho não vale para todos.

<i>Irlanda</i>	www.heritagecouncil.ie
Nome	Plano de Padronização e Certificação.
Data	Estudo-piloto iniciado em 2001.
Objetivos	Elevar os padrões de conservação de acervos, serviços ao público, gerenciamento de museus e funcionários, tanto profissionais quanto voluntários.
Abrangência	Museus, segundo a definição da Museums Association do Reino Unido.
Benefícios	Do plano-piloto: <ul style="list-style-type: none"> • Fórum para trabalho em equipe; • Foco em planejamento; • Acesso a conhecimento e experiências compartilhadas; • Treinamento e consultoria em oficinas; • Consultoria profissional individual; • Estrutura de ações.
Processo de inscrição	Cinco etapas: <ol style="list-style-type: none"> 1. pré-certificação; 2. preparação para certificação; 3. avaliação; 4. certificação; 5. pós-certificação; <p>É oferecida uma série de oficinas de treinamento para auxiliar os participantes na compreensão e implementação de padrões mínimos específicos. Visitas ao local são parte do processo de inscrição.</p>
Administração	Atualmente, o Conselho do Patrimônio Histórico, mas existe a proposta de se criar uma agência de museus.
	As inscrições são avaliadas por um quadro de avaliadores que também fazem as visitas aos locais.

Requisitos/Padrões/ Critérios	<p>Estatuto.</p> <p>Gerenciamento de museu.</p> <p>Conservação de acervo.</p> <p>Documentação de acervo.</p> <p>Exposição.</p> <p>Educação.</p> <p>Atendimento e acesso aos visitantes.</p>
Níveis de desempenho	Certificação.
Monitoramento	Equipe do Conselho do Patrimônio – pode-se perder a Certificação.
Garantia de qualidade	Equipe do Conselho do Patrimônio.
Conhecimento público	Estágio muito inicial da implementação do plano.
Vínculo com financiamentos?	Não diretamente.
Resultados	13 instituições participam nos estudos-piloto.
Problemas	<p>Ainda em estudo-piloto.</p> <p>Interpretação das questões no Documento Modelo de Padrões, tempo requerido, número de funcionários necessário, <i>problemas por parte dos candidatos no acesso a informações exigidas</i>, ausência de políticas escritas.</p>

<i>Itália</i>	
Nome	<i>Atto di Indirizzo</i> : Lei referente a critérios técnico-científicos e padrões de funcionamento e desenvolvimento de museus.
Data	2001.
Objetivos	Fornecer um modelo para o desenvolvimento de futuros planos regionais, que determinarão os padrões mínimos para os museus.
Abrangência	Museus e bens culturais, tal como definidos por lei em “Testo Unico in materia di beni culturali” (1997).
Benefícios	Nenhum no momento, mas futuramente os planos regionais vão habilitar os museus ao acesso a verbas.
Processo de inscrição	A inscrição será feita por: <ul style="list-style-type: none"> • auto-avaliação (na primeira fase); • avaliação por agências aprovadas, feita tendo em conta questões privadas e locais (para a segunda fase).
Administração	Regionalmente pelas “agências aprovadas”, envolvendo os setores público e privado.
Requisitos/Padrões/ Critérios	<p>Situação legal.</p> <p>Gerenciamento financeiro.</p> <p>Edifícios de museus.</p> <p>Funcionários.</p> <p>Segurança.</p> <p>Gerenciamento e conservação de acervos.</p> <p>Políticas para conservação e restauro.</p> <p>Políticas para aquisições e baixas.</p> <p>Documentação.</p> <p>Políticas para exposições – permanentes e temporárias.</p> <p>Políticas para estudo e pesquisa.</p> <p>Visitantes e serviços aos visitantes.</p> <p>Relacionamento com a comunidade.</p>

Níveis de desempenho	Somente plano de padrões mínimos.
Monitoramento	
Garantia de qualidade	
Conhecimento público	Estágio muito inicial da implementação do plano.
Vínculo com financiamentos?	Os futuros planos regionais irão habilitar os museus ao acesso a verbas.
Resultados	
Problemas	

<i>Letônia</i>	
Nome	Certificação de Museus.
Data	1998.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Erigir padrões profissionais em museus em termos de governança de museus, acervos e serviços; • Aumentar a confiança da sociedade nos museus enquanto espaços que cuidam do patrimônio cultural, social e natural e popularizam os tesouros nacionais; • Garantir condições de trabalho igualitárias para o funcionamento de todos os museus (estatais, municipais e privados) que preservam e popularizam o patrimônio natural e cultural da Letônia; • Obter informações bem documentadas que possibilitem avaliar o sistema de museus letão e planejar o seu desenvolvimento.
Abrangência	
Benefícios	<p><i>Para os museus:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Oportunidade de auto-análise extensiva, envolvendo a equipe inteira de cada museu nesse processo; • Um estímulo para melhorar o museu em vários sentidos; • Iniciar planejamento estratégico. <p><i>Para o Órgão Estatal de Museus:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Uma chance de obter informações detalhadas e exaustivas sobre os museus que estão sendo certificados; • Uma chance de aprender sobre os pontos fracos no funcionamento de museus – o que pode ser usado para planejar treinamento para empregados de museus em áreas como planejamento estratégico, missão de museus etc; • A capacidade de criar bases para um planejamento contínuo do sistema de museus letão e para elaborar um programa nacional de cultura.

Processo de inscrição	<p>Envio de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • informações sobre as atuais atividades do museu em todas as áreas. Cada seção nessa parte auto-analítica do formulário de inscrição conclui com essa questão: “O que você gostaria de mudar na situação existente que não o satisfaz neste momento?”; • anexos contendo documentos ou cópias – os documentos da fundação do museu, seu estatuto, suas políticas escritas; • um plano de desenvolvimento para os próximos cinco anos – prazo em que cada museu precisa se reinscrever para certificação. A certificação de cada museu envolve uma comissão de seis profissionais de museu (metade nomeada pelo museu que se inscreve, metade pelo Órgão Estatal de Museus) e um representante do órgão estatal.
Administração	Órgão Estatal de Museus (1998).
Requisitos/Padrões/ Critérios	<p>Situação legal.</p> <p>Gerenciamento de acervo.</p> <p>Conservação de acervo.</p> <p>Aquisições e baixas.</p> <p>Documentação.</p> <p>Acessibilidade ao acervo.</p> <p>Exposições.</p> <p>Pesquisa relacionada a exposições.</p> <p>Atividades comunitárias.</p>
Níveis de desempenho	Quatro museus certificados até o momento.
Monitoramento	
Garantia de qualidade	Processo encaminhado.
Conhecimento público	

<p>Vínculo com financiamentos?</p>	<p>A Lei de Museus (1997) da Letônia declara que a certificação é obrigatória para todo museu que receba financiamento de governos nacional ou municipal.</p> <p>Museus certificados podem concorrer a financiamento governamental adicional para projetos e programas de importância nacional.</p>
<p>Resultados</p>	
<p>Problemas</p>	<p>Os documentos, que regem a certificação, não prevêem todas as situações que podem surgir na prática.</p> <p>O pacote completo de documentos para certificação – “um pacote bastante detalhado e volumoso” – foi bem impopular entre alguns museus.</p> <p>Os membros das comissões de certificação mudam o tempo todo e há certos aspectos de subjetividade no trabalho desses grupos.</p> <p>Falta de padrões para avaliar alguns aspectos do funcionamento dos museus.</p> <p>Falta de uma metodologia adequada para usar dados estatísticos no sentido de se chegar a análises qualitativas.</p> <p>Os museus às vezes acham difícil entender o que são realmente suas missões e como elas podem ser cumpridas.</p>

Noruega	www.museumsnett.no/nmu/english.html
Nome	Plano de Auto-Avaliação Voluntária.
Data	1996.
Objetivos	
Abrangência	
Benefícios	
Processo de inscrição	De dois a seis museus participaram em cada um dos seis ciclos. Cada museu participante indica um grupo de três ou quatro pessoas para coordenar o trabalho de auto-avaliação. Esse grupo tem três sessões com a ANM no museu – uma no início do processo, uma no meio, uma no final.
Administração	Coordenada pela Associação Norueguesa de Museus (ANM).
Requisitos/ Padrões/critérios	Áreas de trabalho avaliadas: Gerenciamento e organização. Pessoal. Finanças. Edifícios e instalações. Planejamento. Pesquisa e acervo. Acervo. Manutenção e conservação. Exposições. Atividades educativas. Outras atividades. Marketing. “Outros contatos com a sociedade”.
Níveis de desempenho	
Monitoramento	
Garantia de qualidade	
Conhecimento público	
Vínculo com financiamentos?	
Resultados	
Problemas	Participar de um programa de auto-avaliação pode criar expectativas. As instituições se concentram demais nos lados negativos, nos aspectos que precisam ser melhorados, e se dá pouca ênfase aos pontos fortes da instituição. Isso pode facilmente levar a uma atmosfera um tanto depressiva no museu como um todo.

Nova Zelândia	www.nationalservices.tepapa.govt.nz
Nome	Plano de Padronização de Museus na Nova Zelândia.
Data	2001
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar os museus da Nova Zelândia a alcançar padrões aprovados; • Erigir a confiança pública; • Promover boas práticas; • Permitir uma focalização em planejamento e treinamento; • Incentivar o desenvolvimento de políticas e práticas biculturais.
Abrangência	Museus, galerias de arte, acervos maraes (<i>iwi</i> /tribais), locais históricos, museus ao ar livre, acervos do patrimônio ou centros de exposições.
Benefícios	<p>Orientação para atingir os padrões.</p> <p>Confiança entre os doadores atuais e potenciais.</p> <p>Reafirmação dos maoris.</p> <p>Garantia de bom gerenciamento aos financiadores atuais e potenciais.</p> <p>Informações para identificar prioridades de desenvolvimento.</p>
Processo de inscrição	<p>Auto-avaliação.</p> <p>Avaliação por pares (pares pakehas e maoris).</p>
Administração	Tē Papa Tongarewa.
Requisitos/Padrões/ Critérios	<p>Governança, gerenciamento e planejamento.</p> <p>Conservação de acervo.</p> <p>Exposições e outros serviços ao público.</p> <p>Serviços ao consumidor.</p> <p>Relacionamento com as comunidades.</p> <p>(Atenção: padrões biculturais em todos esses cinco módulos).</p>

Níveis de desempenho	
Monitoramento	Auto-avaliação. Avaliação por pares.
Garantia de qualidade	Em desenvolvimento.
Conhecimento público	Limitado, até o estágio atual.
Vínculo com financiamentos?	Não.
Resultados	Desenvolvimento profissional e instrumentos para o treinamento. Bases para melhorar os serviços.
Problemas	Primeira versão era muito complicada. Padrões referentes ao biculturalismo estão sendo refinados.

<i>Países Baixos</i>	www.museumvereniging.nl/engels/nmv/musreg/musreg.html
Nome	Nederlands Museuregister [Certificação de Museus nos Países Baixos].
Data	1997.
Objetivos	Um plano voluntário para registrar, proteger e melhorar a qualidade dos museus holandeses, que inclui a responsabilidade pelo gerenciamento do patrimônio cultural.
Abrangência	Museus (tal como definidos pelo ICOM) e jardins zoológicos e botânicos com acervos.
Benefícios	Melhoria na qualidade dos museus. Comprovação de que o museu mostrou publicamente que assume com seriedade sua responsabilidade enquanto depositário do patrimônio cultural. Confirmação do profissionalismo. Aumento da confiança de indivíduos que queiram doar, deixar como herança ou emprestar alguma coisa. Aumento da confiança de patrocinadores e fornecedores de subsídios.
Processo de inscrição	Os museus são convidados a se inscrever dentro de cada província pelo consultor de museus provincial. A Fase 1 é um processo auto-avaliação; a Fase 2 envolve a avaliação por pares realizada por comissões de consultores das províncias. Um conselho nacional toma as decisões finais em consulta às comissões.
Administração	Fundação para a Certificação de Museus nos Países Baixos (em nome da Associação de Museus e da Fundação dos Consultores de Museus).

Requisitos/Padrões/ Critérios	<p>Bases institucionais.</p> <p>Finanças estáveis.</p> <p>Plano escrito de políticas.</p> <p>Ter um acervo – permanente ou a longo prazo (25 anos ou mais).</p> <p>Documentação.</p> <p>Conservação de acervo.</p> <p>Pesquisa sobre o acervo.</p> <p>Serviços básicos ao público.</p> <p>Equipe qualificada do museu.</p>
Níveis de desempenho	<p>Certificação.</p> <p>Certificação provisória.</p> <p>Sem certificação.</p>
Monitoramento	<p>Renovação da inscrição a cada cinco anos.</p> <p>Museus certificados devem informar seu consultor de qualquer mudança grande.</p>
Garantia de qualidade	<p>Ver acima.</p>
Conhecimento público	<p>Os museus usam o logo de museu Certificado, mas “a certificação não diz nada sobre a qualidade do museu”.</p>
Vínculo com financiamentos?	<p>Não diretamente.</p>
Resultados	<p>Das 1.200 instituições com acervo nos Países Baixos, 376 em 9 províncias entraram até agora no processo (176 com certificação completa, 139 com certificação provisória, 30 rejeitadas).</p> <p>A certificação é considerada atualmente como “a pedra de toque dos museus nos Países Baixos”.</p> <p>Desenvolvimento de programas de treinamento e publicações relacionados.</p>
Problemas	<p>Chegar a consensos sobre os padrões e persuadir os museus a participar.</p> <p>Indecisão sobre se os museus não-certificados devem ou não poder ser membros da Associação de Museus.</p>

<i>Polônia</i>	www.mkis.gov.pl (apenas em polonês)
Nome	Registro Nacional de Museus.
Data	1997.
Objetivos	Atestar os altos padrões de funcionamento dos museus e a relevância de seus acervos, e manter registros dos museus que cumprem esses requisitos.
Abrangência	Museus, tal como definidos pela Lei de Museus (1996): “Um museu deve ser uma unidade organizacional sem fins lucrativos, que deve ter como objetivo proteger permanentemente os bens culturais, fornecer informações sobre o valor e o conteúdo de coleções, difundir a essência da história, ciência e cultura do mundo e da Polônia, influenciar o senso cognitivo e estético e facilitar o acesso aos acervos”.
Benefícios	Museus registrados são agraciados com proteção e apoio financeiro especiais do Estado. Museus registrados têm prioridade na aquisição de “bens culturais” dentro de 14 dias após declarar seu interesse na aquisição. Museus registrados têm o direito de comprar em leilão pelo preço da oferta final.
Processo de inscrição	
Administração	Ministério da Cultura e do Patrimônio Nacional.
Requisitos/Padrões/ Critérios	A relevância dos acervos coletados pelos museus. As equipes de funcionários especializados. Salas. Fontes de financiamento permanente.
Níveis de desempenho	Museus registrados.
Monitoramento	“Seletivamente” – não se exige nenhum relatório regular.
Garantia de qualidade	
Conhecimento público	Pequeno, apesar da Lei exigir que o ministro “promulgue a lista de museus registrados”.

Vínculo com financiamentos?	Sim.
Resultados	
Problemas	“Museus não percebem os benefícios do plano”.

<i>Suíça</i>	www.museums.ch (francês, alemão e italiano)
Nome	Membros da Associação de Museus da Suíça (AMS/VMS).
Data	Desconhecida.
Objetivos	Garantia de qualidade do termo museu.
Abrangência	Museus, tal como definidos pelo ICOM.
Benefícios	Ser membro da AMS.
Processo de inscrição	A AMS convida um ou mais especialistas para visitar o museu e preparar um relatório. A admissão na Associação é decidida pelo Comitê da AMS.
Administração	Associação de Museus da Suíça.
Requisitos/Padrões/ Critérios	<p>Manutenção profissional, com acervo de valor cultural adequado.</p> <p>Documentação do acervo padronizada e aberta à pesquisa.</p> <p>“Nas vendas, a qualidade do acervo não poderá ser reduzida.”</p> <p>Exposições de “interesse e acessibilidade adequados”.</p> <p>Garantia de perpetuidade, de legalidade e financeira, com atenção ao pessoal.</p> <p>Precisa corresponder à definição de museu do ICOM.</p> <p>Critérios menos detalhados se aplicam ao acervo.</p>
Níveis de desempenho	Membro da Associação de Museus da Suíça.
Monitoramento	
Garantia de qualidade	
Conhecimento público	
Vínculo com financiamentos?	Não.
Resultados	
Problemas	

Zanzibar	www.arkeologi.uu.se/afr/projects/hrac/HRACreports/zanzibar_information.htm
Nome	Decreto de Registro.
Data	1919.
Objetivos	O registro de propriedades intransferíveis. Um projeto de lei foi proposto em 1987, definindo os padrões mínimos para o estabelecimento de museus.
Abrangência	Museus no Zanzibar.
Benefícios	
Processo de inscrição	
Administração	Departamento de Arquivos, Museus e Antiguidades, Ministério da Educação, Cultura, Arte e Serviços de Zanzibar.
Requisitos/Padrões/ Critérios	<ul style="list-style-type: none"> • O esboço de padrões proposto em 1987 incluía: • Governança; • Finanças; • Edifícios; • Funcionários; • Serviços.
Níveis de desempenho	
Monitoramento	Pela equipe do Departamento de Arquivos, Museus e Antiguidades. O estabelecimento de novos museus e a documentação do patrimônio histórico e de monumentos são obrigações do Registro.
Garantia de qualidade	O trabalho de monitoramento é conferido por um conselho consultivo dos museus nacionais de Zanzibar.
Conhecimento público	
Vínculo com financiamentos?	
Resultados	
Problemas	

BIBLIOGRAFIA

AMBROSE, T. & PAINE, C. 1993. *Museum Basics*. London.

LEGGET, Jane. 1999. *Towards a New Zealand Museums Standards Scheme*. Wellington.

LYNCH, Rivers O'Regan. 2000. *The Trial of the New Zealand Museums Standards Scheme*. Wellington.

RYAN, Louise. 2000. *The Introduction of a Standards and Accreditation Scheme for Irish Museums*. Dublin.

_____. 2000. *A Future for Irish Museums – a Report on the Pilot Study for a National Accreditation Scheme*. Dublin.

_____. 2001. *A Policy Framework for the Irish Museums Sector*. Dublin.

ICOM-AUSTRIA. 2002. *Guidelines for a Museum Quality Mark in Austria*. Viena.

LAUREYS, Marina. S.d. *Quality Elements in the Act Passed by the Government of Flanders concerning Recognition and Support of Museums*.

NEDERLANDSE MUSEUMVERENIGING AND LANDLIJK CONTACT VAN MUSEUMCONSULENTEN. 2002. *Scholingsaanbod*. Amsterdam.

BRÜGGERHOFF, S. & TSCHÄPE, R. (eds.). 1999. *Qualitätsmanagement im Museum?!* Bochum.

MINISTÈRE DE LA CULTURE ET LA COMMUNICATION, FRANCE. 2002. *Lettre d'Information (Février)*. Paris.

Publicações da Série *Museologia*:

1. Plano Diretor
2. Planejamento de Exposições
3. Educação em Museus
4. Segurança em Museus
5. Parâmetros para a Conservação de Acervos

<i>Título</i>	<i>Planos para a Certificação de Museus na Grã-Bretanha: Padrões / Da Austrália a Zanzibar: Planos de Certificação de Museus em Diversos Países</i>
<i>Autor</i>	Resource: The Council for Museums, Archives and Libraries
<i>Tradução</i>	Maurício O. Santos Patrícia Souza
<i>Produção</i>	Alexandre Santana Franco
<i>Projeto Gráfico</i>	Marcelo Masuchi Neto
<i>Editoração Eletrônica</i>	Alexandre Santana Franco
<i>Capa</i>	BC & H Design
<i>Revisão Técnica</i>	Gedley Belchior Braga Tereza Cristina Toledo de Paula
<i>Editoração de Texto</i>	Alice Kyoko Myashiro
<i>Revisão de Texto e Provas</i>	Jonathan Busato
<i>Divulgação</i>	Regina Brandão Rodrigo S. Falcão Adriana M. Andrade
<i>Secretaria Editorial</i>	Eliane dos Santos
<i>Formato</i>	19,5 x 26,8 cm
<i>Mancha</i>	9,5 x 19,3
<i>Tipologia</i>	Aldine 401 BT 10/17
<i>Papel</i>	Cartão Supremo 250 g/m ² (capa) Offset 90 g/m ² (miolo)
<i>Número de Páginas</i>	208
<i>Tiragem</i>	3 000
<i>Laserfilm</i>	Edusp
<i>Impressão e Acabamento</i>	Lis Gráfica

A Edusp é afiliada à

ABDR
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DIREITOS REPROGRÁFICOS
CÓPIA NÃO AUTORIZADA É CRIME